



Universidade de Brasília- UnB
Instituto Federal de Ciências Humanas- ICH
Departamento de Serviço Social- SER

RAQUEL ANDRADE DE SOUZA

**PROEJA- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS:
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO TÉCNICO**

Brasília

2025

RAQUEL ANDRADE DE SOUZA

**PROEJA- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS:
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO TÉCNICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel/ Licenciado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Cristina Yannoulas.

Brasília

2025

RAQUEL ANDRADE DE SOUZA

**PROEJA- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS:
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO TÉCNICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel/ Licenciado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Cristina Yannoulas.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Cristina Yannoulas
Departamento de Serviço Social SER/UnB

Avaliadora Interna: Prof^a Dr^a Thaís Imperatori
Departamento de Serviço Social SER/ UnB

Avaliadora Externa: Dr^a Zora Yonara Torres Costa
Assistente Social no Instituto Federal de Brasília- Campus Gama- IFB/Gama

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Silvia Yannoulas por seu zelo para com seus alunos, sua dedicação e amabilidade, cujo apoio foi inestimável durante todo o processo. Sua orientação foi uma luz que me motivou a seguir em frente. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Thaís Imperatori, por sua sabedoria em guiar o caminho dos alunos, suas gentilezas ao tempo e atenção que dedicou a mim, e principalmente agradeço por suas orientações enriquecedoras do projeto de trabalho de conclusão, possibilitando que eu pudesse avançar nessa árdua fase. Agradeço à Dr.^a Zora Yonara que foi minha supervisora de campo de estágio no IFB/Gama, pelo carinho, orientações e pelo entusiasmo que transpassa ao desempenhar a profissão, refletindo em uma experiência de estágio marcante, inspirando a ideia do tema de pesquisa.

Agradeço ao curso de Serviço Social por tudo que contribuiu para meu entendimento de mundo e formação profissional.

Agradeço à minha mãe Dora pela base, companhia e apoio. Ao meu filho Gustavo Bruno que sempre esteve ao meu lado durante a minha formação acadêmica, minha companhia diária entre uma aula e outra, participando de aulas na UnB quando pequeno e me incentivando durante a fase final da graduação.

Agradeço às minhas irmãs Thaysa e Rebeca que nos momentos que mais precisei conseguiram me alcançar com suas palavras. Aos meus irmãos Lucas, Lúcio e Tiago por estarem presentes em meus dias e por terem sido amigos.

Agradeço também àqueles que passaram por mim ao longo da minha trajetória acadêmica, familiares, amigos, conhecidos, desconhecidos, os quais se fizeram presentes de alguma forma, seja com palavras amigas, palavras de incentivo. Agradeço por me tratarem com generosidade e me transmitirem esperança de um mundo melhor.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a democratização do acesso à educação profissional técnica de nível médio na modalidade (EJA)- Educação de Jovens e Adultos, ofertada para jovens e adultos fora da idade escolar. Deu-se enfoque para o programa PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que teve sua criação em 2005 a partir do Decreto nº 5478 de 24 de junho de 2005 (BRASIL, 2005), posteriormente sendo substituído pelo Decreto nº 5480 de 13 de junho de 2006 (BRASIL,2006), com especial atenção para os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Foi realizada uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório e descritivo através de uma análise documental acerca do tema- PROEJA- Educação Profissional de Jovens e Adultos, utilizando os seguintes descritores- PROEJA, Educação Profissional, Acesso/Permanência, em bases digitais de dados pré-selecionadas: Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e (Portal de Periódicos da CAPES). Optou-se por priorizar produções que discorriam sobre o PROEJA, com recorte temporal de (2017- 2024), observando impactos da COVID-19 no Programa; contribuições do Programa para a democratização da educação; avanços e limites da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no PROEJA, no que diz respeito ao acesso, permanência e aproveitamento com sucesso dos estudantes; analisar a articulação dos profissionais em Serviço Social na implementação da política. Como resultado a pesquisa apresentou empecilhos à democratização do acesso ao ensino técnico, pois a COVID- 19 afetou as classes mais vulneráveis, sendo este o público-alvo da modalidade EJA. É garantido o ingresso e acesso à educação científica e tecnológica de qualidade, porém se percebe o PROEJA como política pública de governo e não de Estado, podendo ocorrer descontinuidades dos avanços já conquistados nas mudanças de poder. Quanto ao Serviço Social na Educação Profissional, implementação do (PNAES), verificou-se poucos estudos de aplicação de mediações efetuadas, apenas citação de suas existências como meios de combate à evasão escolar, o que gera intervenções limitadas das assistentes sociais podendo ocorrer de mais uma vez esses jovens e adultos se evadirem do ambiente escolar.

Palavras Chaves: PROEJA; Educação Profissional; Acesso/Permanência; PNAES; pandemia da COVID- 19.

ABSTRACT

This work aims to analyze the democratization of access to secondary-level technical professional education in the modality (EJA) - Youth and Adult Education, offered to young people and adults outside of school age. The focus was on the PROEJA program - National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality, which was created in 2005 by Decree No. 5478 of June 24, 2005 (BRASIL, 2005), later being replaced by Decree No. 5480 of June 13, 2006 (BRASIL, 2006), with special attention to the Federal Institutes of Science and Technology. A qualitative, exploratory and descriptive research was carried out through a documentary analysis on the theme - PROEJA - Professional Education for young people and adults, using the following descriptors - PROEJA, Professional Education, Access/Permanence, in pre-selected digital databases: Brazilian Digital Database of Theses and Dissertations (BDTD); and (CAPES Periodicals Portal). It was decided to prioritize productions that discussed PROEJA, with a time frame of (2017-2024), observing the impacts of COVID-19 on the Program; the program's contributions to the democratization of education; the progress and limitations of implementing the National Student Assistance Program (PNAES) within PROEJA, regarding student access, retention, and successful performance; and the collaboration of social work professionals in implementing the policy. The research revealed obstacles to the democratization of access to technical education, as COVID-19 affected the most vulnerable groups, who are the target audience for the EJA program. Admission and access to quality scientific and technological education are guaranteed, but PROEJA is perceived as a public policy of the government, not of the State, and discontinuities in the advances already achieved may occur during changes in power. Regarding Social Service in Professional Education, implementation of the (PNAES), there were few studies on the application of mediations carried out, only mention of their existence as a means of combating school dropout, which generates limited interventions by social workers and may result in these young people and adults once again dropping out of the school environment.

Keywords: PROEJA; Professional Education; Access/Permanence; PNAES; COVID-19 pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ART	Artigo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGPAE	Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DRE	Departamento de Registro Escolar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Profissional
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ICH	Instituto de Ciências Humanas
IFAL	Instituto Federal do Alagoas
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFMT	Instituto Federal do Mato Grosso

IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educativas Especiais
ORGs	Organizadores
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SER	Serviço Social
SETEC	Secretaria de Educação Política e Tecnológica
SISTEC	Sistema de Informações da Educação Profissional Científica e Tecnológica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNB	Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

Quadros Sínteses 1 e 2- Obstáculos ao processo de democratização do acesso ao Programa PROEJA	32
Quadros Sínteses 3 e 4- Uso de Políticas Afirmativas, Políticas de Permanência e PNAES	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	16
1 TRAJETÓRIAS DESCONTINUADAS E POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE-EJA)	16
1.1 Do direito à Educação do Impulso para a Educação Profissional	16
1.2 Institutos Federais e implementação do Programa PROEJA no contexto da pandemia da COVID-19- marcos e progressos.....	20
CAPÍTULO 2	24
2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO PROEJA E DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS- UMA ANÁLISE NECESSÁRIA.....	24
2.1 Contribuições do PROEJA para o processo democrático da educação e análise da democratização do acesso ao ensino técnico de nível médio na modalidade EJA	24
CAPÍTULO 3	39
3- SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	39
3.1 Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Educação- Proeja enquanto política pública de inclusão e integração	39
3.2 Estratégias e mediações articuladas na Educação Profissional com a (PNAES)- Programa Nacional de Assistência Estudantil, com recorte temporal (2017-2024)	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

A proposta do tema surgiu no interesse na área da educação e através da experiência no campo de estágio do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília- UnB, sendo este no espaço sócio-ocupacional da Educação no Instituto Federal de Brasília (IFB), campus Gama IFB/ Gama, em 2017. Após as observações em campo, o Programa PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, ofertada pelo IF, despertou a atenção no que diz respeito de seu ingresso e acesso, isso pelo fato do pouco conhecimento sobre o Programa e até mesmo pela falta de conhecimento de sua existência. Pensando assim na proposta de partida: Quais são as contribuições do Programa para o processo de democratização da educação e se ele é ofertado de forma democrática, o que caminha lado a lado do compromisso ético dos profissionais de Serviço Social, que é o compromisso ético com a defesa e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, com a universalização e gestão democrática dos serviços sociais, através das políticas afirmativas e políticas de Acesso e Permanência nas escolas.(CFESS, 1993).

Realizou-se uma análise documental em uma abordagem que buscou compreender em que pé está o Programa PROEJA, educação técnica de nível médio na modalidade (EJA)- Educação de Jovens e Adultos, no que se refere a democratização do acesso ao Programa. Sendo possível compreender quais caminhos estão sendo percorridos que se destinam para o ingresso, acesso e permanência do Programa.

Para essa pesquisa investigativa estabeleceu-se fazer uma pesquisa qualitativa, a partir da análise documental crítica de (10) produções científicas, entre artigos, monografias teses/ dissertações no recorte temporal de (2017-2024) em bases digitais de dados- Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), escolhida por sua ampla abrangência, acesso aberto, gratuito, e facilidade em encontrar trabalhos relevantes para estudos pesquisas e projetos; e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES (Portal de Periódicos da CAPES), também de acesso aberto, gratuita, que possui vasta coleção de artigos científicos de alta qualidade. Utilizando as palavras chaves: PROEJA, Educação Profissional, Acesso, Permanência. A pesquisa foi estruturada com base no eixo temático- Análise da democratização do acesso à educação técnica no contexto de pandemia, com enfoque no Programa PROEJA e (4) quatro eixos analíticos elencados detalhadamente posteriormente, para examinar:

1-Investigação de obstáculos ao processo epistemológico do Programa, para promover uma reflexão sobre o processo ensino/ aprendizado, e como é percebido pelos alunos; 2- Verificação de contribuições do programa PROEJA para o processo democrático da educação, percebendo o Programa enquanto política pública de inclusão e integração, com vistas a garantir o acesso e permanência na educação, para que exerçam seus direitos e deveres na sociedade; 3- Investigação de obstáculos ao processo político, visando a garantia do direito, implementação e avaliação da política pública, qualidade do ensino e promoção da cidadania; 4- Verificação do uso de políticas afirmativas, políticas de permanência, assim como a implementação do (PNAES)- Programa Nacional de Assistência Estudantil e suas articulações com a Política Nacional de Educação na modalidade EJA (PNE-EJA), implementação e resultados.

Para aferir os dados da análise a metodologia usada foi a abordagem filosófica e metodológica desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels (2008), o materialismo histórico-dialético que oferece uma visão crítica sobre as contradições que moldam as relações sociais e a estrutura da sociedade capitalista, para que seja possível propor alternativas para a superação desse modo de produção. Juntamente com apanhado bibliográfico previamente reunido que englobam EJA, CF88, autores que abordam o Direito à Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, PNE-EJA, Educação Profissional, Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, o Documento Base Proeja e, livros, documentos e legislações no que tange o Serviço Social na Educação e Serviço Social na Educação Profissional.

Foram analisados estes eixos analíticos sobre o eixo temporal (2017- 2024), percebendo impactos da pandemia da Covid- 19 no Brasil, que teve seu início em 26 de fevereiro de 2020 e fim em 5 de maio de 2023, o que permitiu comparar as evoluções e mudanças no Programa ao longo deste período, levando em conta o ERE- Ensino Remoto Emergencial, que de acordo com Santos, Oliveira e Quiroga (2022) se deu quando o ensino presencial para o remoto se configurou, no cenário educacional, por atividades pedagógicas on-line que antes haviam sido pensadas para o formato presencial estabelecido pelo Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação –CNE e demais documentos normativos do MEC. O ERE se caracterizou pelo modelo de ensino mediado por plataformas virtuais de ensino e aprendizagem garantindo a continuidade dos estudos.

Convém ressaltar que houve disparidades no ensino e nos materiais ofertados na pandemia por serem vinculados ao acesso às tecnologias digitais acarretando o impacto desigual da implementação do ensino remoto emergencial de acordo com as idades e as classes sociais. “Para os integrantes das classes menos favorecidas da população, as consequências produzidas

pelo ERE em suas realidades fugiram, por vezes, dos objetivos básicos da educação para todos, com igualdade de condições para o acesso e a permanência garantidos por lei” (SANTOS; OLIVEIRA; QUIROGA, 2022, p. 192-193). Nesse período assistimos também o aumento considerável de demanda por assistência estudantil (e assistência no geral), porém ao mesmo tempo foi implementado pelo Governo Federal o contingenciamento. Como resultado se viu que, os impactos da Covid- 19 no Programa se deram pelo vírus afetar as camadas mais vulneráveis da sociedade, sendo este também o grupo prioritário da modalidade EJA. A coleta de dados documentais revelou que, embora os estudos tenham sido realizados em 2022 e 2024, os dados analisados referem-se ao período anterior (2018) ou inicial (2019-2020) à pandemia de COVID-19, não permitindo avaliar com precisão os impactos da pandemia na implementação do programa PROEJA.

O estudo do presente trabalho se apoiou para análise crítica, a partir do embasamento teórico nos livros: de Jaqueline MOLL et. al. (2010), “Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades”, que reúne estudos sobre Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica, PROEJA e a democratização da educação, sendo possível extrair elementos que indiquem vias a uma democratização de acesso e aproveitamento com sucesso do ensino técnico; Também utilizamos o livro de Adriana FÉRRIZ et. al. (2022) que demarca contribuições críticas do Serviço Social para a educação, abordando assuntos pertinentes ao tema referente a este trabalho de conclusão de curso, como impactos da pandemia na educação, democratização do acesso à educação básica e articulações do Serviço Social na educação, entre outros; O Documento do CFESS “Subsídios para atuação do Serviço Social na educação”(2013); e; O Documento Base PROEJA.(BRASIL, 2007).

A pesquisa qualitativa do trabalho uniu conhecimentos, legislações e regulamentações da política educacional na modalidade (EJA) e a análise do uso de políticas afirmativas, políticas de acesso e permanência, articulação do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) articuladas ao Programa PROEJA, onde foram identificadas perspectivas para a garantia do direito à educação, acesso, permanência e conclusão dos estudos desses jovens e adultos, com criação de leis e regulamentações voltadas para os alunos da EJA, e programas como o Pacto EJA- Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, sendo compatível com o Programa PROEJA pois tem como objetivo aumentar o número de vagas da modalidade (EJA) incluindo a oferta integrada à Educação Profissional. Percebeu-se nos dados coletados empecilhos para essa democratização do acesso e aproveitamento com

sucesso do ensino técnico de nível médio, com foco no PROEJA, como perceber o Programa como uma política de governo e não de Estado, podendo ser fragmentada e descontinuada em direitos já conquistados. O uso das políticas de permanência apenas para transferência de renda sem o devido acompanhamento das situações e realidades de vida dos alunos da modalidade EJA, acarretando a evasão escolar.

De acordo com levantamentos na tese de doutorado de Cabral (2023), o INEP utiliza a evasão escolar como um dos indicadores nas taxas de transição, calculados no Censo escolar, para avaliar o rendimento escolar. Define-se a evasão escolar como a saída precoce de um estudante do sistema educacional antes da conclusão do curso, ocorrendo em diferentes etapas, como a não renovação da matrícula no ano letivo seguinte ou o abandono durante o ano letivo, em diferentes níveis do sistema educacional. A autora também traz que, o INEP distingue a evasão do abandono escolar, pois a evasão se refere à não continuidade dos estudos, e o abandono é caracterizado pela interrupção das aulas durante o ano letivo, sem intenção de retornar. O sucesso escolar, para o INEP, entende-se como a capacidade do sistema educacional de garantir que os alunos concluam suas etapas de ensino com aproveitamento, sem evasão e com o desenvolvimento de competências e habilidades relevantes para a vida.

Buscou-se analisar estudos sobre experiências do PROEJA nos IFS do Brasil no já referido recorte (2017-2024), com dois subperíodos: (2017-2019) e (2020-2024), período anterior e posterior à pandemia da COVID- 19. Como resultado apresentou que a política é apreciada pela comunidade e pelos alunos. Quanto ao processo político foi possível perceber a criação de novas leis e regulamentações para a modalidade EJA que contribui para devida implementação da política PROEJA nos IFs, garantindo educação científica e tecnológica de qualidade. No entanto há a demanda da criação de políticas públicas de Estado e não de governo que mudam com base no governo vigente.

Quando possível, percebeu-se nos dados adquiridos, o uso das políticas afirmativas, políticas de permanência e mediações realizadas por meio de políticas de assistência estudantil com a articulação do (PNAES)- Programa Nacional de Assistência Estudantil e a (PNE- EJA). Identificou- se dos dados coletados que ainda é preciso que se construa uma proposta de política de educação profissional e tecnológica que se embase nas especificidades e realidades dos sujeitos da EJA, e não no modo de produção capitalista, numa ótica de quantidade, que cria diversas políticas públicas sem implementações adequadas, ocasionando um acesso à direitos e serviços precarizados.

No que se refere ao Serviço Social na Educação Profissional, pouco se fala das atuações do profissional nos estudos, mas é possível perceber o uso das políticas afirmativas e de permanência, buscando promover igualdade, inclusão e garantia da permanência na escola desses jovens e adultos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Referente à implementação do (PNAES) e suas articulações com a (PNE- EJA), percebeu-se que, em sua maioria são focadas na transferência de renda, apoiados ao Código de Ética Profissional do Assistente Social 8662/93, percebendo a importância do profissional em Serviço Social no programa PROEJA, assim como sua inserção nas escolas, promovendo o devido acompanhamento dos alunos da modalidade EJA, evitando mais uma vez que esses jovens e adultos se evadam do ambiente escolar, sendo necessários que se ampliem estudos nesta área de atuação e contínua luta de classes para que haja uma transformação social no que diz respeito ao pleno acesso aos direitos e políticas públicas, contribuindo igualmente para a intervenção de assistentes sociais no Programa Proeja, em direção de uma educação mais inclusiva.

Esta pesquisa contribui para o curso de Serviço Social com percepções de estudos mais recentes com relação às políticas afirmativas e mediações ofertadas ao público-alvo. E, ainda que, a discussão sobre a área da Educação Profissional esteja em seus primeiros passos, o Programa PROEJA sendo uma política pública de integração que oferece formação profissional e elevação de escolaridade de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade “adequada”, se torna um campo de estudo que necessita de um olhar, por ser um espaço ainda de segregação e manutenção da lógica do capital, o que gera mais desigualdades e o sentimento de culpa nos alunos por desistências ou por não conseguirem concluir os estudos. Colaborando desta maneira, em prováveis estudos futuros e possivelmente em atuações e intervenções dos assistentes sociais, em prol da autonomia e bem-estar dos estudantes, e enfrentamento e superação das questões sociais nesse espaço sócio-ocupacional.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIAS DESCONTINUADAS E POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE-EJA)

1.1 Do Direito à Educação ao impulso para a Educação Profissional.

No desejo de que jovens e adultos fora da idade escolar que tiveram suas trajetórias descontinuadas ou interrompidas por diversos motivos retornassem mais uma vez para as escolas e se alfabetizassem e/ou concluíssem a Educação Básica, implementou-se uma das modalidades da Educação que é a modalidade de Educação EJA- Educação de Jovens e Adultos, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. São indivíduos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas e se viram obrigados a abandonar os estudos, seja para compor renda em casa, por situações de vulnerabilidades, falta de acesso etc. Sua criação se deu por uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos muitas vezes excluídos do próprio ensino médio, para que possam buscar uma educação técnica e concluir a educação básica. É uma política pública inclusiva pois traz de volta ao ambiente escolar o público da EJA que é historicamente excluído do acesso à educação. (BRASIL, 2007). A modalidade se apoia nas especificidades de suas realidades e histórias de vida para que seja possível garantir o direito à educação desses sujeitos e possibilitar que adquiram uma maior compreensão de seus direitos sociais e deveres como cidadãos se tornando capazes de ampliar seus conhecimentos e habilidades para uma maior participação na sociedade. (BRASIL, 2007). Sendo fundamental esse reconhecimento de seus direitos, como aponta Saviani, 2013 quando fala: “os direitos sociais correspondem ao acesso de todos os indivíduos ao nível mínimo de bem-estar possibilitado pelo padrão de civilização vigente.” (SAVIANI, 2013, p. 744). Para o autor:

A educação, para além de se constituir em determinado tipo de direito, o direito social, configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, económicos ou de qualquer outra natureza. Isso porque a sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria, assumindo a forma de uma sociedade de tipo contratual, substituiu o direito natural ou consuetudinário pelo direito positivo. Isto quer dizer que a sociedade urbano-industrial se baseia em normas escritas. Portanto, a participação ativa nessa sociedade, vale dizer, o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe o acesso aos códigos escritos. Eis porque esse mesmo tipo de sociedade erigiu a escola em forma principal e dominante de educação e advogou a universalização da escola elementar como

forma de converter todos os indivíduos em cidadãos, isto é, em sujeitos de direitos e deveres. (SAVIANI, 2013, p. 745).

Para se entender a dialética direitos/deveres, a pesquisa do presente trabalho, apoia-se no pensamento educacional de Saviani (2013), e sua obra “Vicissitudes e perspectivas do direito à Educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual”. O autor traz que é preciso distinguir entre proclamação de direitos e a sua efetivação. “Se a educação é um direito e é reconhecido como tal pelo poder público, esse poder público tem a responsabilidade de prover meios para que o direito se efetive”. (SAVIANI, 2013, p. 745). O autor sustenta que para que se garanta esse direito, em relação ao direito à educação, os principais países se empenharam, a partir da segunda metade do século XIX, em implantar os respectivos sistemas nacionais de educação, de forma que se caminhe para a universalização do Ensino Básico. “O papel do Sistema Nacional de Educação é dar efetividade à bandeira da escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica.” (SAVIANI, 2013, p. 745).

Através do Parecer CNE/ CEB 3/2025 com vistas à substituição e revogação da Resolução CNE/ CEB nº 1 de 28 de maio de 2021 e da necessidade de propor Diretrizes Operacionais Nacionais para a EJA (CNE/CEB 3/2025), se estabeleceu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a EJA garantindo a qualidade e eficiência da modalidade. O desafio da garantia do direito à educação na vida adulta, incluindo-se aqui as pessoas idosas, convoca, portanto no valor intersetorial, o compromisso de reanálise permanente de políticas, programas, práticas e investimentos para que a EJA possa realizar o seu mandato, qual seja, o de ser instrumento de transformação social e de redução das desigualdades. (CNE/CEB 3/2025).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 garante o direito à educação ao longo da vida no artigo 206, inciso IX, incluído pela Emenda Constitucional 108, de 2020 (BRASIL, 1998), e de acordo com o Art. 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). O que vai contramão ao fato desses jovens e adultos terem sido privados de seus direitos em suas vidas, sendo vítimas da desproteção social do Estado. Muitas vezes pela falta de estrutura, dificuldade no acesso e aproveitamento com sucesso da educação básica obrigatória, trajetórias de vida e realidades vulneráveis que os levam a buscar outros caminhos para se manter e abandonarem a escola, se sentindo culpados por não corresponderem às expectativas sociais impostas por uma sociedade meritocrática, reforçando a segregação desses indivíduos e contribuindo para as desigualdades sociais.

Nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que diz respeito à educação de jovens e adultos, no capítulo II, Seção V, Art. 37, § 3º “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” incluído pela Lei 11.741/08). Isso para incentivar que esses jovens e adultos tenham mais chances de aproveitamento de estudos e melhoria das condições de vida.

Em se tratando de marcos importantes para a EJA, há o Pacto EJA que, a partir do Decreto nº 12.048 de 5 de junho de 2024 (BRASIL, 2024) instituiu o Pacto Nacional pela superação do Analfabetismo e qualificação na educação de jovens e adultos, política pública que visa superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos nos sistemas públicos de ensino, (BRASIL, 2024), cujo órgão responsável é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). (BRASIL, 2024). Também, o Projeto de Lei nº 2614, de junho de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024- 2034, com vistas a garantir o direito de acesso e permanência na educação pública, laica, gratuita, de qualidade para os adultos e jovens que dependem da modalidade de ensino que não concluíram essa etapa de escolarização e precisam avançar, garantindo a universalização do acesso, sendo necessária ser acompanhada por políticas de Estado, políticas de acesso e permanência para que seja garantida a conclusão dos estudos (BRASIL, 2024), sendo compromisso da União, estados, Distrito Federal e municípios em garantir o acesso e permanência na educação de jovens e adultos. (BRASIL, 1998).

Dos objetivos desse Plano para o decênio que se assemelham com a proposta deste projeto de pesquisa no que se refere à acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica e à educação de jovens e adultos : ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica, com redução de desigualdades e inclusão e expandir para, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) as matrículas de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à Educação Profissional. (BRASIL, 2024). Dessa forma muitos jovens e adultos podem buscar na Educação Profissional seu desenvolvimento pessoal e profissional podendo contribuir para trajetórias progressivas conseguindo alcançar seus objetivos e melhoria de vida. Buscando elevação da escolaridade, conclusão da educação básica, mudança da qualidade de vida, qualificação profissional e tecnológica, e inserção no mercado de trabalho. Sendo percebido no Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007) esse impulso para a Educação Profissional:

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cercados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade. (BRASIL, 2007, p. 11).

No Documento “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, que orienta a atuação dos assistentes sociais na área da educação (CFESS, 2013) elaborado pelo Conjunto CFESS- CRESS, (CFESS) Conselho Federal de Serviço Social e pelos (CRESS) Conselhos Regionais de Serviço Social traz a importância da Política de Educação como estratégia de intervenção do Estado, onde o capital assegura as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em busca de reconhecimento de direitos sociais (CFESS, 2013):

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora. (CFESS, 2013, p. 19).

No entanto, mesmo que, esses jovens e adultos estejam dotados de direitos garantidos na forma da lei, ao discutir o acesso à educação é preciso refletir sobre o modelo de desenvolvimento socioeconômico do país para um olhar mais amplo da sociedade brasileira. (BRASIL, 2007). No Documento Base PROEJA, 2007 é possível verificar que:

O modelo de produção socioeconômico vigente no Brasil, produto da dependência externa histórica do país com é baseado nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas e na importação acrítica das tecnologias produzidas nos países de capitalismo avançado. Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha um modelo próprio de desenvolvimento orientado às suas necessidades econômicas e melhorias sociais.

Ao invés disso, historicamente, prevalece a submissão aos indicadores econômicos ditados desde fora aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo, na verdade, especuladores. (BRASIL, 2007, pg. 23).

Com isso, percebe-se que devido à falta de um modelo de desenvolvimento socioeconômico próprio, o país encontra dificuldade em implementar políticas de Estado para segmentos variados. (BRASIL, 2007).

1.2 Institutos Federais e implementação do Programa PROEJA, no contexto da pandemia da COVID-19

A partir da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi instituído a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de âmbito do sistema Federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação. (BRASIL, 2008). De acordo com essa mesma Lei no Art. 2º “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.” (BRASIL, 2008).

No livro Institutos Federais dos Brasileiros, Pacheco (2023), ex- Secretário da SETEC, ressalta o importante papel dos Institutos Federais no desenvolvimento regional e na redução das desigualdades sociais, formando não apenas profissionais capacitados, mas contribuindo para elevar a qualidade da educação pública. Segundo ele: “A proposta pedagógica dos Institutos Federais almeja o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, culturais, sociais e éticas dos estudantes, aplicada em todos os níveis de ensino”. (PACHECO, 2023, p.9). Para o autor, defender os Institutos Federais é lutar por uma educação pública de excelência, acessível a todos os trabalhadores e seus filhos. Fortalecendo a importância da educação, ciência, tecnologia e cultura. Para Silva e colaboradores (2023), na mesma obra, os autores consideram que:

A proposta construída conjuntamente com o Ministério da Educação que concretiza o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, vem reafirmar o papel no desenvolvimento de ações fortalecedoras de sua missão: apoiar o desenvolvimento do País por meio da inovação tecnológica, da educação permanente e da inclusão social. (SILVA et al, 2023, p. 31).

O Programa PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo realizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e pela SETEC-Secretaria de Educação Profissional e tecnológica do (MEC) Ministério da Educação através do Edital PROEJA CAPES/ SETEC nº 03/2006 (BRASIL, 2007), que se originou a partir do Decreto nº 5478, de 24 de junho de 2005, sendo substituído pelo Decreto nº 5840, de 24 de junho de 2006, pois o Programa já era realizado em algumas instituições de Educação Federal Profissional e Tecnológica com experiências de educação profissional com jovens e adultos. O novo Decreto nº 5840/ 2006 parte da necessidade de ampliar o Programa, tanto em abrangência quanto em seus princípios epistemológicos, no intuito de universalizar a educação básica com uma formação para o mundo do trabalho e garantindo a Educação Básica de nível médio (BRASIL, 2007), foi possível observar a mudança de nomenclatura do Programa no Documento Base do Projeja, o que se percebe no seguinte trecho do Documento Base:

Em resposta a alguns desses questionamentos, a revogação do Decreto nº 5.478/2005, pela promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.”(BRASIL, 2007, p. 12).

O que se observa no Programa Projeja é que ele vem para além de integrar jovens e adultos novamente ao ensino médio, ou apenas inserir esses sujeitos no mercado de trabalho, é uma política pedagógica de inclusão. Em seu Documento Base é proposto como objetivo usar a educação de forma humanizadora:

Pensar a perenidade dessa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida, nos termos da Declaração de Hamburgo de 1997 (*In: IRELAND, MACHADO, PAIVA, 2004*). Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. De modo que, se formem cidadãos conscientes de que podem se especializar e serem sujeitos de ação de seus próprios caminhos. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrelle mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como

direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica. (BRASIL, 2007, p. 13).

Também em seu Documento Base (2007), vemos que o Programa tem como princípios a inclusão; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, a ampliação do direito à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos e a ampliação do direito à Educação básica pela universalização da educação. O que geraria uma autonomia intelectual dos sujeitos, por meio da pesquisa como fundamento da formação, princípios que possibilitam uma maior flexibilidade na oferta do Programa de acordo com o perfil do público-alvo (BRASIL, 2007). Percebemos que a ideia de cidadania dos jovens e adultos pode ser conquistada e fortalecida através da efetivação dos direitos sociais a fim de que participem plenamente da vida social, econômica e política do país ao considerar as condições geracionais, de gênero, relações étnico- raciais, categorias que devem ser consideradas para além de “trabalhadores” por serem constituintes das identidades e não se separarem, nem se dissociarem dos modos de ser e estar no mundo de jovens e adultos (BRASIL, 2007). E o autor Cury (2002) elucida sobre isso quando nos fala que “a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam a participação de todos nos espaços sociais e políticos, e, mesmo para reinserção no mundo profissional”. (CURY, 2002, p. 246).

A pandemia da Covid- 19 causada pelo novo coronavírus SARS- Cov-2 foi caracterizada pelo OMS como uma pandemia em 11 de março de 2020 devido à ampla distribuição geográfica da doença e no Brasil o primeiro caso confirmado do vírus foi em 26 de fevereiro de 2020, com fim em 5 de maio de 2023. A Covid-19 foi a maior pandemia da história recente da humanidade causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), infecção respiratória aguda, grave e de distribuição global, com elevada transmissibilidade entre as pessoas, por meio de gotículas respiratórias ou contato com objetos e superfícies contaminadas. (BRASIL, 2022). Lessa (2022) aborda que a crise sanitária da Covid-19 potencializa vários problemas numa sociedade desigual e que afeta as classes mais vulneráveis.

O momento que ora vivenciamos, marcado pela crise sanitária da COVID-19 potencializa uma série de problemas de um capitalismo em crise econômica, social, ambiental, impactando na educação, o que ganha tons mais adoecidos em uma sociedade desigual, como a nossa, que desprotege a força de trabalho, concentra renda, poder, descarta a natureza e segmentos da classe trabalhadora. O desemprego em massa, o empobrecimento, a falta de investimentos em políticas sociais não são decorrentes da pandemia, mas sim de um modelo de economia ultra neoliberal em curso, que agora se aprofunda. Como todo adoecimento é também determinado socialmente, a COVID-19 incide de forma diferente sobre a população, chegando

mais mortalmente aos mais pobres, negros, moradores de favelas, trabalhadores precarizados (FIOCRUZ, 2020), expostos ao trabalho precarizado, ao transporte público lotado e à vida aglomerada nas periferias. Assim, podemos afirmar que o isolamento social permitido no capitalismo é seletivo. A crise da COVID-19 é, portanto, global, mas precisa ser compreendida nos territórios onde se desenvolve, visto que é desigual em sua incidência. (LESSA, 2022, pg. 102).

Dessa maneira, o período de pandemia da Covid-19 tende a afetar o público-alvo da (EJA) devido a milhões que convivem cotidianamente com condições de oferta e de permanência precárias, má qualidade de ensino e com uma modalidade educacional desvalorizada socialmente. (BRASIL, 2007). “A ausência de oportunidades concretas para vivenciar trajetórias de sucesso no sistema educacional acaba por culpabilizar a vítima, ou seja, cada sujeito, por mais uma história de fracasso. Frente aos descaminhos da EJA, torna-se imperativo assumir uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização”. (BRASIL, 2007, p. 21). A respeito dos impactos da COVID- 19. Férriz, Marins e Damasceno (2022) alerta em sua obra que, “no contexto da pandemia evidenciam-se as fragilidades de todas as políticas sociais, destacando de forma especial as políticas de saúde, assistência social e educação. Fala-se amplamente em colapso do sistema de saúde, mas face às consequências no mundo do trabalho as políticas de assistência e educação serão extremamente impactadas”. (FÉRRIZ et. Al., 2022, p. 191).

CAPÍTULO 2

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO PROEJA E DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS- UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

2.1 Contribuições do PROEJA para o processo democrático da educação e análise da democratização do acesso ao ensino técnico de nível médio na modalidade EJA

Para a análise documental do referido trabalho, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritiva, com enfoque no programa PROEJA, delimitando a pesquisa às obras que abordaram os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia do Brasil e suas experiências, instituições importantes na oferta do programa, que visam promover a elevação da escolaridade e a formação profissional tecnológica. A pesquisa qualitativa se deu através de uma análise documental sobre o tema PROEJA- Educação Profissional de Jovens e Adultos, utilizando os seguintes descritores- PROEJA, Educação Profissional, Acesso, Permanência em bases digitais de dados pré-selecionadas: Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e Portal de Periódicos da CAPES. Foram usadas artigos, monografias, teses/dissertações que discorriam sobre o PROEJA, com recorte temporal de (2017- 2024), a fim de fazer uma reflexão crítica sobre marcos e progressos do Programa PROEJA, observando os impactos da COVID-19 no Programa.

Ao aferir os dados usou-se o princípio de análise de Karl Marx e Friedrich Engels, o materialismo histórico-dialético, abordagem filosófica e metodológica que oferece visão crítica sobre as contradições que moldam as relações sociais e influenciam na estrutura da sociedade capitalista, considerando o recorte temporal (2017-2024).

Elencou-se analisar 4 (quatro) eixos analíticos propostos anteriormente no pré- projeto deste referido trabalho de conclusão de curso, para extrair os dados relevantes à pesquisa pretendida: 1- Investigação de obstáculos ao processo epistemológico do Programa, para promover uma reflexão sobre o conhecimento ofertado/ adquirido, entendendo de que forma esse conhecimento está sendo produzido, validado e aplicado no processo de ensino-aprendizagem e como é percebido pelos alunos; 2- Verificação de contribuições do programa PROEJA para o processo democrático da educação, percebendo o Programa enquanto política pública de inclusão e integração, com vistas a garantir o acesso e aproveitamento com sucesso

da educação básica e oportunidades que permitam que esses jovens e adultos outrora afastados do ambiente escolar tornem-se cidadãos críticos e conscientes para que exerçam seus direitos e deveres na sociedade, promovendo um ambiente mais justo, transparente e participativo. 3- Investigação de obstáculos ao processo político, visando a garantia do direito, implementação e avaliação da política pública, qualidade do ensino e promoção da cidadania, que envolve a definição de políticas e a formulação de leis e diretrizes, destinação de recursos, avaliação e gestão escolar. 4-Verificação do uso de políticas afirmativas, políticas de permanência, assim como o (PNAES)- Programa Nacional de Assistência estudantil e suas articulações com a Política Nacional de Educação na modalidade EJA (PNE-EJA), que colaborassem para o ingresso, permanência e conclusão dos estudantes, tornando possível estudos futuros que se apliquem a mediações do Serviço Social no PROEJA e enfrentamentos da questão social.

Foram aplicados como arcabouço teórico para reflexão crítica, as seguintes obras: Moll e outros (2010): “Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades”, que reúne estudos sobre a relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. Também trata do PROEJA e a democratização da educação trazendo reflexões sobre as políticas de Educação Profissional permitindo que fosse possível extrair dos dados, elementos que indiquem vias a uma democratização de acesso e aproveitamento com sucesso do ensino técnico; Bem como a coletânea organizada por FÉRRIZ e colaboradores (2022) que demarca contribuições críticas do Serviço Social para a educação, trazendo a importância da comunidade para a superação de barreiras, entre outros assuntos pertinentes ao tema deste trabalho de conclusão de curso, como pandemia, democratização do acesso à educação básica e articulações do Serviço Social na educação, entre outros. Finalmente, o mencionado documento do CFESS- CRESS (2013) “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”; e o também mencionado Documento Base PROEJA. (BRASIL, 2007).

Previamente, se estabeleceu analisar 10 (dez) produções que abordassem o programa PROEJA. Nas bases digitais de dados (BDTD) foram encontrados: 55 (cinquenta e cinco) resultados, dos quais foram selecionados (7) estudos que abordavam o Programa PROEJA e articulações com políticas de Acesso e Permanência. No (Portal de Periódicos da CAPES) encontrados 8 (oito) resultados, dos quais, (4) continham dados que poderiam ser analisados de acordo com a proposta deste estudo.

Optou-se por delimitar o recorte temporal de 2017 a 2024 devido à concentração de produções significativas nesses anos, sendo 2017 um período anterior à pandemia da COVID-

19 e 2024 um período posterior, permitindo uma análise comparativa entre os dois contextos. O ano de 2024 também foi escolhido pelas importantes mudanças implementadas na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além disso, dentro desse recorte temporal de (2017-2024), foram criados dois subperíodos para análise: o primeiro, de (2017-2019) representando o período pré- pandemia, e o segundo, de (2020-2024), abrangendo o período pandêmico e pós-pandêmico, permitindo uma análise mais detalhada das mudanças ao longo do tempo. Tornando possível verificar nos estudos reunidos pesquisas documentais em muitas áreas que corroboram o interesse pelo aprofundamento dos estudos no que se refere ao Programa PROEJA.

Entre os Institutos Federais abordados nos estudos coletados estão: o Instituto Federal da Bahia (IFBA), *campus* Santo Amaro/BA; Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Duque de Caxias/RJ e, *campus* do Rio de Janeiro/RJ; Instituto Federal do Maranhão (IFMA), *campus* Codó/MA; Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), *campus* Várzea Grande/ MT; Instituto Federal de São Paulo (IFSP), *campus* Sertãozinho/ SP; Instituto Federal do Alagoas (IFAL), *campus* Marechal Deodoro/AL; Instituto Federal do Piauí (IFPI), *campus* de Picos/PI; Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), *campus* de Alegre/ES e, *campus* Vitória- ES.

Há bastante estudos sobre o PROEJA, mas não se encontram estudos específicos sobre resultados alcançados pelo Programa em confrontação com os objetivos estabelecidos pela política. Abreu Júnior (2017), ao analisar as matrículas no programa PROEJA no IFRJ *campus* Duque de Caxias, ressalta os baixos índices de matrícula, que apresentou no período analisado uma trajetória inicialmente de estagnação, e depois, decrescente. Constatou em sua pesquisa, através de entrevistas com gestores, professores e alunos, que a criação do PROEJA no IFRJ se deu sem a devida preocupação com as atividades locais, sendo a oferta do curso interrompida posteriormente. Em seu início havia uma proposta de acompanhamento pedagógico, mas que também deixou de existir. Havia pouca divulgação do processo seletivo, com divulgação feita de maneira informal, por meio de amigos e familiares. Com processo seletivo de caráter classificatório, ocorrendo modificações ao longo dos anos que caminharam na direção da avaliação diagnóstica. Para o autor “os cursos PROEJA demandam maneiras diferenciadas de oferta de processos educacionais e de fazeres pedagógicos, e que devem estar em constante reflexão e redirecionamento, estando inclusas nessa conjuntura as formas de acesso”. (ABREU JÚNIOR, 2017, p. 140).

De acordo com Flores (2017), viu-se, que, o PROEJA é uma política de governo criada no Governo Lula. Dilma Rousseff e posteriormente, Michel Temer deram continuidade aos

Programas através dos quais a política se materializa. No entanto, continua como política de governo, pensada e executada pelo estado. Quanto à avaliação da política ressalta-se que conforme o Documento-base, o monitoramento e avaliação, desde a implantação aos resultados, o que seria responsabilidade do Estado, no caso do PROEJA, tal responsabilidade foi atribuída ao MEC e à SETEC, o que Moll e outros (2010) ratifica que é dever do Estado quando diz “quanto à demanda de milhões de jovens e adultos por inserção plena nas dinâmicas societárias, a partir da escolarização, trabalho, renda, moradia, infraestrutura, cultura e lazer. Esses elementos são legítimos e cabe ao poder público organizar, regular e ofertar formação para o conjunto da população que possibilite ao país ciclos de desenvolvimento mais equilibrados.” (MOLL et al., 2010, p. 131-132).

O autor relata que sobravam vagas e o público EJA não se inscrevia, mesmo que na cidade tenha alto índice de pobreza de acordo com levantamentos no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de 2010, havia público, mas o processo seletivo contribui para a exclusão com concorrência igual para diferentes, sem considerar diferenças de percurso educacional do público-alvo. Flores (2017) apresentou também que na implementação do curso PROEJA no IFBA *campus* Santo Amaro, havia a intenção de transformar o Curso Técnico em Segurança do Trabalho em um curso subsequente- formação técnica para egressos do Ensino Médio e extinguir o programa PROEJA por não haver público para essa modalidade. Os professores do PROEJA não recebiam qualquer formação, aperfeiçoamento ou experiência para atuar na modalidade, sem formação adequada cada um atuava da maneira que sabia atuar, e a mudança de modalidade seria por causa dos desconfortos dos professores, do que em razão das justificativas apresentadas. Ausência de diálogo institucional com a comunidade.

Oliveira (2018), a partir da análise de entrevistas semiestruturadas, com 28 entrevistas, entre esses, alunos, docentes, coordenadores, gestores, e da análise de documentos institucionais, o autor percebeu dificuldade na comunicação externa na divulgação do curso no IFRJ *campus* do Rio de Janeiro, também a falta de laboratórios para atividades práticas para um curso de manutenção e suporte em informática. Como propostas, o autor sugere simplificar o edital, revisar o “Questionário Avaliativo”, revisar os critérios de seleção por grupos/ cotas, alterar o processo seletivo de docentes, e readequar o atendimento a candidatos com necessidades especiais.

Visquetti (2018) aponta que não havia procura dos estudantes para a modalidade EJA no PROEJA no IFMT *campus* Várzea Grande. A autora infere em sua pesquisa que isso se deve ao fato de que a instituição não tem clareza a respeito das especificidades do PROEJA que

precisam ser observadas e são elementos determinantes para o sucesso/ insucesso da procura e permanência dos estudantes no curso. Visquetti (2018) usa o exemplo dos exames de seleção que utilizam critérios que não são compatíveis com o público-alvo. “Parte considerável delas encontra-se há anos sem frequentar os bancos escolares, a simples informação de que a admissão ao curso será por meio de provas já se constitui como um dos obstáculos para o acesso à educação que tanto almejam.” (VISQUETTI, 2018, p. 99).

Rodrigues (2020), aborda em sua obra avanços e limites da PNAES- Política Nacional de Assistência Estudantil e perfis demográficos e socioeconômicos dos estudantes beneficiários da pesquisa no IFES *campus* de Alegre, trazendo que, os números coletados em sua pesquisa evidenciam que os estudantes oriundos de famílias socialmente vulneráveis, a partir da política, estão tendo mais oportunidades de realizar cursos de graduação, melhoria da qualificação e capacitação para o ingresso no mercado de trabalho, resultando em novas perspectivas de vida.

Lopes (2021) apresenta em seu estudo que no ano de 2019, no que se refere aos critérios para o ingresso no Curso Técnico em Mecânica- PROEJA do IFSP no *campus* Sertãozinho, não mais se permitiu que os candidatos a uma vaga tivesse seu ingresso somente por avaliações classificatórias, pois antes tinham o intuito de avaliar as competências e habilidades dos candidato, passando então, a serem selecionados de acordo com avaliação econômica, sendo convocados os primeiros candidatos classificados até o limite do número de vagas ofertadas.

Gomes (2022) realizou a pesquisa no IFAL *campus* Marechal Deodoro, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2014-2015), com objetivo de compreender os perfis demográficos, socioeconômicos e educacionais dos estudantes do PROEJA, cursos Técnicos em Cozinha e Hospedagem, abordagem quantitativas, entrevistas com 63 estudantes somando os dois cursos, visa repensar as políticas públicas para favorecer o acesso e permanência dos jovens e adultos. A oferta se iniciou em 2008 até o ano da pesquisa em 2020 e o público do PROEJA no IFAL ainda é o maior com índice de evasão escolar. Maioria 26 e 33 anos (42,9%), seguida da faixa entre 19 e 25 anos (38,1%), o curso noturno e trabalho durante o dia, mulheres tarefas domésticas, que podem ocasionar em desistências, retornos e paradas nessa modalidade de ensino, determinadas situações particulares do cotidiano da vida dos sujeitos direcionam para a interrupção dos estudos, como a maioria é mulheres suas motivações são o casamento e a chegada dos filhos. Maioria de cor parda (61, 9%), em seguida da cor branca (20,6%) e a cor negra em última colocação (15,9%), ou seja (77,8%) não brancos. Em relação aos processos educacionais, segundo o autor, os estudantes começam a ter um sentimento de valor de si próprios considerando-se que os

processos educacionais por meio do PROEJA tem assumido um papel relevante para a reconstrução dos processos identitários dos jovens e adultos, reconstrução e valorização das identidades. Pedem horário flexível, um programa de recuperação de notas. Organização escolar distante dos alunos da EJA, não só pela não flexibilização de horários, mas pelos processos de avaliação se tornam excludentes, são usados processos de avaliação que remetem os estudantes para situações de exclusão, infere-se que a organização escolar ainda não consegue que cada sujeito seja acolhido dentro da mesma. Ainda se está distante de garantir o direito a esses sujeitos. No entanto, o autor, infere que, mesmo com as lacunas, a implementação do POREJA no IFAL, consegue despertar uma nova expectativa de vida nos sujeitos da EJA, de certa forma está atendendo as pessoas a que se destina.

Rocha (2022) realizou entrevistas semiestruturas com ex-alunos participantes do PROEJA do IFPI *campus* de Picos, composto por 28 ex-alunos(as), sendo 16 egressos(as) e 12 evadidos(as), realizado no período de maio a setembro de 2021. A maioria das entrevistas foram realizadas de forma presencial no campus do IFPI, algumas nos domicílios dos participantes, e outras, de forma remota por vídeo chamadas tendo em vista as dificuldades de deslocamento dos participantes, ainda por restrições relacionadas à pandemia de COVID-19. Segundo a autora, como dificuldades apresentadas pelos estudantes foram dificuldade em compreender algumas matérias do curso, conciliar trabalho e estudo, além de conciliar estudos e cuidados com filhos pequenos. Alguns estudantes relataram chegar atrasados (as) e cansados (as) no campus por saírem de seus locais de trabalho direto para a aula no IFPI, e isso se devia também da distância do centro comercial da cidade para o IFPI, o que levava muitos estudantes a pensarem em desistir como consequência do cansaço. Em relação aos aspectos institucionais, a autora apresenta que os estudantes avaliaram positivamente a estrutura física do campus, sobretudo salas confortáveis, biblioteca, refeitório, como também a diversidade de serviços e profissionais da instituição. “O aspecto institucional mais presente nas afirmações dos(as) egressos(as) foi o refeitório, local onde podiam jantar antes de assistir as aulas, pois muitos(as) comentaram que não dava tempo passarem em suas casas ao saírem do trabalho.” (ROCHA, 2022, p. 90).

A autora argumenta ainda, que, apesar dos aspectos positivos que favorecem a permanência, foi constatado a partir das informações dos(as) egressos(as), fatores que se relacionam ao preconceito sentido por alunos do PROEJA vindos de estudantes de cursos técnicos e superiores da mesma instituição, o que poderia ter influenciado negativamente a permanência dos estudantes da EJA.

Tavares (2022), por meio de análise documental em informações e nos relatórios e atas constantes no DRE- Departamento de Registro Escolar do *campus* Codó do IFMA - constatou que, havia o desalinhamento dos indicadores propostos pelo SISTEC para avaliação de desempenho com os objetivos da rede federal, também a falta de monitoramento e de metas, a não conformidade da relação entre alunos ingressantes e concluintes e entre retidos e matriculados, junto a isso a ausência de reconhecimento das desigualdades regionais, prejudicando assim, as instituições localizadas nas regiões com menores condições socioeconômicas. Ao analisar os dados disponíveis no DRE do campus, em relação às matrículas do público-alvo do programa PROEJA, no período de 2010 a 2018, Tavares (2022) afirma que, as análises documentais mostraram que a seleção no primeiro ano, 2010, acontecia através de prova escrita, com conhecimentos específicos de português e matemática, no entanto, houve baixo índice de aprovados no PROEJA e a partir desta experiência, a gestão observou que se tratava de um público que requereria um processo seletivo diferenciado, no trecho em que o autor aborda:

Neste sentido, em 2011, a Pró Reitoria de Ensino do IFMA elaborou, em parceria com os profissionais de Serviço Social, um edital específico para esta modalidade e a seleção passou a acontecer em duas etapas: preenchimento do questionário socioeconômico – QSE pelos candidatos e entrevista realizada por uma comissão multiprofissional, com uma pontuação a ser alcançada em cada etapa, totalizando 100 pontos. O QSE era analisado pela assistente social e considerados os seguintes critérios: capacidade de preenchimento do questionário, “condições socioeconômicas”, capacidade de expressão escrita e, vivência profissional, totalizando 60 pontos. Quanto à entrevista, os parâmetros eram os seguintes: compatibilidade entre os interesses e intenções do candidato e o perfil profissional do curso escolhido; experiência do candidato em ocupações do eixo tecnológico a que pertence o curso escolhido, totalizando 40 pontos. Desde 2013, foram inseridas as cotas para deficientes e escola pública, com o recorte de renda, para acesso ao programa. (Tavares, 2022, p. 154).

Nos editais de 2016 e 2017, Tavares (2002) detalha que os critérios analisados no questionário socioeconômico passaram por alterações, considerando a capacidade de interpretação dos itens do questionário, condições socioeconômicas de maior vulnerabilidade e capacidade de expressão escrita, já os critérios da entrevista foram mantidos. Em 2018, retiraram as pontuações dos editais e os critérios do questionário socioeconômico e entrevista foram unificados, considerando renda familiar per capita; composição familiar; condições de moradia; vivência profissional e escolar; idade; tempo fora da escola e expectativas e motivações do candidato. Essas mudanças provêm do fato de que muitos candidatos não conseguiam interpretar as perguntas contidas no edital, da dificuldade em escrever, de forma resumida, suas motivações para estudar novamente, principalmente, aqueles que estavam há

mais tempo fora da escola. Dessa forma, o autor expõe que os critérios passaram a se concentrar na questão socioeconômica e na vivência profissional, isso devido a redução da demanda para os cursos do PROEJA no campus a cada ano, o que dificultava a realização de uma seleção uma vez que muitas vagas não eram preenchidas.

Todavia, para Tavares (2022), é perceptível que o número de matriculados sempre se apresentou inferior ao número de vagas disponíveis. Mesmo que, em alguns anos a demanda tenha sido superior ao número de vagas ofertadas, o número de matriculados fica abaixo das vagas ofertadas. Por fim, o autor relata que todos os entrevistados relataram a inexistência de ações sistematizadas e regulares de avaliação interna e monitoramento e que, ao serem questionados em como as demandas dos docentes e discentes eram tratadas, todos destacaram apenas avaliações pontuais, com pouca profundidade, nada específico para o PROEJA.

Oliveira et. al. (2024) fala da necessidade de superar ou minimizar a burocratização do edital de acesso para que os discentes possam realmente se apropriar das informações, pensando nas condições objetivas dos estudantes da EJA. Os autores apontam que é preciso considerar que os estudantes da EJA são marcados por desigualdades sociais que influenciam sobre sua formação escolar:

Constatou-se que os/as estudantes possuem dificuldades para acessar as informações divulgadas pela instituição por não poderem vivenciar o ambiente acadêmico como os outros/as discentes por diversos motivos: como a conciliação das atividades laborais (dentro e fora do lar) com as acadêmicas; o cuidado com a família; dificuldade de acesso à internet; como também de aquisição e manuseio dos aparelhos tecnológicos e a dificuldade de compreensão de informações divulgadas pelo Campus. (OLIVEIRA et al, 2024, p. 12).

Nos estudos analisados quanto a verificação de contribuições para o processo democrático da educação, no recorte temporal (2017-2024), os trabalhos se assemelham na busca pela garantia dos direitos que possibilitem a democratização do acesso e aproveitamento com sucesso da educação básica, evidencia-se que no início da implementação do PROEJA nos Institutos Federais havia um excedente de vagas disponíveis em relação à demanda dos estudantes, indicando que o Programa enfrentava desafios para atrair os jovens e adultos que poderiam se beneficiar da educação profissional oferecida. Isso pode ser atribuído a vários fatores como falta de conhecimento sobre o programa, dificuldade de acesso às informações e aos processos de inscrição.

Como semelhanças com este trabalho são encontradas a busca pela inclusão educacional do público da EJA, condições de acesso dos estudantes ao programa PROEJA, educação como

um direito e o fortalecimento da política de assistência estudantil, análise da política de assistência estudantil como forma de garantia de acesso e permanência. Em se tratando das diferenças encontradas nas obras analisadas e o presente trabalho, é possível perceber que alguns estudos abordam de forma mais aprofundada a questão da evasão e impactos da assistência estudantil dos beneficiários do Programa PROEJA, de acordo com os perfis socioeconômicos e demográficos a partir de pesquisas qualitativas nos Institutos Federais já citados. Nos quadros a seguir é possível perceber os obstáculos encontrados à democratização do acesso ao Programa PROEJA:

Quadros Sínteses 1 e 2- Obstáculos ao processo de democratização do acesso ao Programa PROEJA

Período anterior à Pandemia da Covid-19 (2017-2019)

(continua)

INSTITUTO FEDERAL	ANO	AUTOR	PRINCIPAIS OBSTÁCULOS LEVANTADOS
(IFBA)- campus Santo Amaro/BA	2017	FLORES. T. M.D.	<p>PROEJA como política de Governo e não de Estado, criada no Governo Lula.</p> <p>Monitoramento e Avaliação, desde implantação e resultados responsabilidade que seria do Estado foi atribuída ao MEC e à SETEC.</p> <p>Processo Seletivo por mérito através de prova objetiva, com redação eliminatória.</p> <p>Sobravam vagas e o Pùblico da EJA não se inscrevia.</p>

(conclusão)

(IFRJ)- <i>campus</i> Duque de Caxias/RJ	2017	ABREU JÚNIOR. Jupiter Martins de	É imprescindível um ambiente escolar que considere a experiência de vida, com reconhecimento social desses sujeitos.
(IFMT)- <i>campus</i> Várzea Grande/MT	2018	VISQUETTI. Carminha Aparecida	Mudanças no processo seletivo de diversas formas, prova classificatória, questionário sobre conhecimentos gerais até chegar ao modo palestra e sorteio público.
(IFRJ)- <i>campus</i> do Rio de Janeiro/RJ	2018	OLIVEIRA. Rogério Teixeira de	Necessidade de considerar especificidades dos estudantes da EJA, rotina de vida, conhecimentos prévios, e ritmos de aprendizagem.
			Necessitando de maior divulgação da instituição e do curso PROEJA, pois, a redução no número de matrículas impacta na diminuição do recebimento de orçamento pelas Instituições Federais de Ensino.

Período posterior à Pandemia da Covid-19 (2020-2024)

(continua)

INSTITUTO FEDERAL	ANO	AUTOR	PRINCIPAIS OBSTÁCULOS LEVANTADOS
(IFES)- <i>campus</i> Alegre/ RS	2020	RODRIGUES. Sandro José Abreu	Aborda apenas avanços e limites da (PNAES)- Política Nacional de Assistência Estudantil e perfis demográficos e

			(continua)
(IFSP)- campus Sertãozinho/SP	2021	LOPES. Andréa dos Santos	<p>socioeconômicos dos beneficiários das políticas.</p> <p>Apresenta dados sobre índices de evasão no Programa PROEJA e como reflete na implementação do programa no IFSP. Embora a obra seja de 2021 apresenta dados até 2019.</p> <p>Apresenta apenas as mudanças nas Resoluções do Programa ao longo dos anos.</p>
(IFAL)- campus Marechal Deodoro/ AL	2022	GOMES. Maria de Fátima. FREITAS. Marinaide Lima MARINHO. Paulo	<p>Em relação aos processos educacionais os estudantes começam a ter um sentimento de valor de si próprios. O PROEJA tem assumido um papel relevante para a reconstrução dos processos identitários dos jovens e adultos, reconstrução e valorização das identidades.</p> <p>Consegue despertar uma nova expectativa de vida nos sujeitos da EJA, de certa forma atende as pessoas a que se destina.</p> <p>Falta de flexibilização dos horários e processos de avaliação que remetem os estudantes para situações de exclusão, inferindo-se que a organização escolar ainda não consegue que cada sujeito seja acolhido dentro da mesma.</p> <p>Ainda sendo distante a garantia do direito aos sujeitos da EJA.</p>
(IFPI)- campus de Picos/ PI	2022	ROCHA. Natielly Granja	<p>Percebeu-se a evasão como fenômeno bastante presente no Programa PROEJA, apontando as estratégias de planos de ação institucionais como combate.</p> <p>Não apenas considerar a educação, mas também políticas habitacionais, de saúde, de segurança, sob a percepção de sua interrelação com fatores múltiplos como: aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.</p> <p>Necessidade de se criar e estabelecer estratégias de políticas educacionais mais</p>

(continua)

adequadas e na direção do princípio de inclusão educacional.

Os egressos(as) ao Programa veem no PROEJA a oportunidade de cursarem o ensino médio e interesse pela qualificação técnica.

Avaliaram positivamente a estrutura física do campus como salas, biblioteca, refeitório.

Se sentindo felizes no curso, porém com alguns relatos sobre preconceito sofrido por parte dos estudantes de cursos técnicos e

superiores, o que influencia negativamente para a permanência dos estudantes EJA.

O público do PROEJA levava um tempo a mais para se situar e sentir-se parte da instituição.

(IFMA)- campus Codó/ MA 2022 TAVARES. Ana Carolina Cerveira

Foco na qualidade da formação ofertada do PROEJA IFMA, onde infere-se que a democratização do acesso à educação deu lugar à qualidade educacional sem a primeira ter sido resolvida.

A qualidade foi alcançada com o menor tempo e menor custo de trabalho, onde a produção em massa não significava qualidade nos resultados.

Não se identificou uma construção voltada para a realidade Codoense que justificasse sua criação, onde os cursos ofertados no âmbito do PROEJA não se baseiam em cursos consolidados da realidade socioeconômica do município ou em demandas concretas.

(IFES)- campus Vitória/RS

2024

OLIVEIRA.
Alessandro
Zardini.

Necessidade da linguagem clara, simples e objetiva nos sites institucionais, pensadas a partir das condições objetivas dos/as estudantes da EJA.

FERREIRA. Maria José REZENDE. Aldo	(conclusão) Necessidade de superar ou minimizar a burocratização do edital de acesso.
---	---

Em resumo, no que se refere ao eixo analítico- Investigação de obstáculos ao processo epistemológico do Programa, para promover uma reflexão sobre o conhecimento ofertado/adquirido, entendendo de que forma esse conhecimento está sendo produzido, validado e aplicado no processo de ensino-aprendizagem e como é percebido pelos alunos, apreendeu-se, que, e levando em conta o que a autora Ramos (2010) diz quando, “o sentido epistemológico do ensino médio integrado expressa uma concepção de conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos naturais e sociais como múltiplas determinações às quais o pensamento se dispõe a aprender.”(RAMOS, 2010, p.54). A autora também enfatiza que:

Esses sentidos vão além da oferta do ensino médio de forma integrada à educação profissional técnica, ainda que tal possibilidade possa proporcionar condições importantes para realizá-los. Por isso a autora a define como sentido político da integração, que adquire relevância significativa frente a uma realidade onde jovens e adultos não podem adiar sua necessidade de inserção na vida econômica- produtiva. (RAMOS, 2010, p. 54).

E quanto ao eixo analítico - Verificação de contribuições do programa PROEJA para o processo democrático da educação, percebendo o Programa enquanto política pública de inclusão e integração, com vistas a garantir o acesso à educação e oportunidades de permanência que permitam que esses jovens e adultos outrora afastados do ambiente escolar tornem-se cidadãos críticos e conscientes para que exerçam seus direitos e deveres na sociedade, nas obras percebe-se grandes avanços nesse sentido, No período anterior à pandemia apreendeu-se nesse estudo que havia processos seletivos de ingresso à política PROEJA excludentes através de provas objetivas, com redação eliminatórias e que após a pandemia o processo seletivo ocorre pela inscrição nos portais digitais de casa IF, de forma online e por sorteio eletrônico, tornando o processo mais acessível para os candidatos, principalmente para os que moram longe e tem dificuldade de se deslocarem para fazer provas e também maior eficiência pois a inscrição online permite que os candidatos se inscrevam rapidamente. Outros são feitos pela questão socioeconômica e vivência profissional, contribuindo para vias do

acesso ao PROEJA no que diz respeito ao ingresso, possibilitando a permanência e o aproveitamento de uma educação mais democrática e inclusiva, formando cidadãos mais conscientes e participativos de exercer seus direitos.

Ao investigar os obstáculos ao processo político, no eixo analítico- Investigações de obstáculos ao processo político, visando a garantia do direito à educação, implementação e avaliação da política pública, qualidade do ensino e promoção da cidadania, que envolve a definição de políticas e a formulação de leis e diretrizes, destinação de recursos, avaliação e gestão escolar a luz de Moll e outros (2010), que possui escritos relacionados a reformas, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil, possibilitando investigar nos dados, determinações, leis, regulamentações, as quais, busquem uma proposta educacional que promova a noção de cidadania nos jovens e adultos que retornam ao ambiente escolar, promovendo maior participação na vida social, política e cultural do país, com vistas a consolidação do sistema democrático. É possível inferir das pesquisas a falta de flexibilização por parte das instituições quanto às especificidades das realidades dos alunos da EJA, que na maioria das vezes conciliam suas rotinas de trabalhos com os estudos, o que ocasiona na evasão escolar. Ramos afirma que (2010):

A educação profissional foi regulamentada como modalidade própria de ensino, independente dos níveis escolares, porém com eles articulados. Essa identidade conferida formalmente por decreto, desconsiderou a realidade do modelo econômico brasileiro, com sua carga de desigualdades decorrentes das diferenças de classe e de especificidades resultantes de um modelo de desenvolvimento dependente desigual e combinado. (RAMOS, 2010, p. 46).

OLIVEIRA, FERREIRA E REZENDE (2024) apontam ainda, que, o governo Bolsonaro implantou medidas neoliberais radicais como a desvinculação de recursos destinados às áreas sociais previsto na legislação, junto a Michel Temer, reduziram o financiamento público para os direitos sociais. Os autores afirmam que as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social. As políticas neoliberais tiveram um forte impacto sobre a educação, pois ao não priorizar a intervenção na economia e ao preferir utilizar o uso de recursos públicos na produção em detrimento das áreas sociais, fizeram com que esse setor tivesse perdas de recursos, dificultando seu financiamento.

Percebeu- se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) contribuiu para os avanços do PROEJA, entretanto, ainda existem desafios a serem superados, como maior

investimento em estrutura e recursos didáticos específicos para a EJA. Verificou-se que o Programa PROEJA é uma política de governo e não de Estado, podendo ter suas regulamentações, decretos e leis fragmentados a depender do governo vigente. Este fato corrobora com as contribuições de Grabowski e Ribeiro (2010), na obra Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo, quando dizem, que, são criados programas em vez de políticas, que seriam políticas de governo e não de Estado, pois ao trocar o governo, o Ministro da Educação ou mesmo Secretários de Educação é suficiente que sejam implementadas novas propostas que sobreponham às propostas do governo anterior. (GRABOWSKI e RIBEIRO, 2010). Esses programas restringidos ao exercício do poder e não a ações de curto, médio e longo prazos. Dessa forma, gerando empecilhos para uma exata apuração dos resultados produzidos quanto os marcos e progressos do Programa PROEJA, no que se refere à democratização do acesso a esse ensino técnico.

Em relação aos subperíodos (2017-1019) e (2020-2024), nota-se que a implementação do PROEJA nos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia relatados anteriormente já vinha buscando formas de ampliar o acesso à educação profissional para jovens e adultos, porém só com as mudanças implementadas durante e após a pandemia que houveram avanços, como a alteração no modo de seleção dos estudantes que passou a considerar especificidades do público da EJA, não sendo mais por meio de provas objetivas e/ou classificatórias e sim por entrevistas e estudos socioeconômicos, permitindo que mais pessoas tivessem acesso ao Programa, com uma maior acessibilidade e oportunidades para os jovens e adultos, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. Constatou-se, porém, que tanto nos anos anteriores (2017-1019) e nos anos posteriores (2020-2024) à pandemia de Covid-19, a burocratização dos processos de inscrição e acesso aos recursos disponíveis nos sites oficiais, ainda é um desafio significativo enfrentado pelo Programa. A falta de clareza e objetividade nas instruções podem afastar os estudantes que mais precisam do Programa PROEJA. É preciso incluir a adoção de linguagem clara e simples nos sites e formulários, a oferta de suporte técnico e orientação para os estudantes, e a implementação de processos mais flexíveis e adaptados às necessidades do público da EJA.

As limitações encontradas no processo desta pesquisa foram a delimitação da pesquisa quanto aos eixos analíticos que seriam abordados, o que levou muito tempo para compreender e aferir todos os dados.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Educação- Projeja enquanto política pública de inclusão e integração.

Desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão já se vê a presença do assistente social na área da educação, em 1930, mas só na década de 90 que, com o projeto- ético político da profissão que se visualiza um aumento do Serviço Social na área da Educação (CFESS, 2013). As particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação ganharam destaque nos espaços de organização e na agenda de nossa categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS-CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões, debates e proposições nos encontros nacionais da categoria (CFESS, 2013), consolidação de forma gradativa este campo de atuação.

No livro Tijolos contra muros contribuições do Serviço Social na Educação, Figueiredo, Yannoulas e Souza (2022) afirmam que é possível perceber que o Serviço Social já se insere a muito tempo nesse espaço sócio-ocupacional:

É importante lembrarmos que o Serviço Social está presente na Educação desde a sua origem nos anos de 1930, em que pese não ser uma área de destaque para o exercício profissional no desenrolar das décadas, sendo que em momentos posterior ao Movimento de Reconceituação houve uma associação entre Serviço Social e Educação mais relacionada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho do assistente social como afirmou o prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida, em 2000, na Revista Inscrita. Infelizmente em relação à dimensão educativa da profissão essa vem entrando em desuso desde os anos de 1990 como afirmou Iamamoto (2012), sendo substituída pela demanda frenética das instituições pela operacionalização gerencial e burocrática dos serviços sociais. Urge revisitar a gênese da profissão bem como a produção do Movimento de Reconceituação para reconsiderarmos que a função pedagógica está na essência da profissão, em que pese o conservadorismo na origem. Destaque para as deliberações do Congresso no Chile, em 1969, onde se deliberou sobre o entendimento do papel do assistente social como um educador social numa perspectiva crítica. Em relação a aprovação da Lei n. 13.935/2019 (BRASIL, 2019), que assegura a presença do Serviço Social e da psicologia na Educação Básica é importante ressaltar o quanto foi vital para a categoria e para o país o monitoramento do conjunto CFESS-CRESS no Congresso na tramitação dos projetos de lei, bem como em atividades que propiciaram sistematizações sobre a atuação das assistentes sociais na política de Educação. O importante desse resgate histórico é que ele também nos oportuniza reconhecer o que é ter um conselho comprometido com a categoria, mas também com a qualidade de

vida da população. Ou seja, um conselho gestado por assistentes sociais que imprimiram no cotidiano da entidade o projeto ético-político da profissão. (FIGUEREIDO, Kênia. YANNOULAS, Silvia. SOUZA, Silvana. 2022, p. 131).

É preciso lutar para materializar e consolidar os direitos sociais, com uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade, para que haja o enfrentamento da questão social. No documento do CFESS (2013), o enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, a fim de mediar a construção de uma outra sociabilidade e uma das maneiras de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais. “As políticas sociais que compõem a proteção social tem se constituído em respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação.” (CFESS, 2013, p. 27). Sendo possível ver no documento Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação:

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. Nesse sentido, ao considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional, torna-se fundamental que, no âmbito das atribuições e competências profissionais, seja vedada a conduta que reproduz censura e policiamento dos comportamentos, incutindo dominação ideológica e alienação moral. Para que o/a assistente social possa desenvolver com competência técnico-operativa e ético-política sua atuação profissional segundo os princípios acima explicitados, deve compreender e materializar seus direitos e deveres expressos no Código de Ética Profissional. (CFESS, 2013, p. 33).

As competências e atribuições do/as assistentes sociais se baseiam no Código de Ética do/a Assistente Social que foi aprovado em 13 de março de 1993, instituído pela Resolução nº 273 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estabelece os princípios éticos e valores que orientam o exercício da profissão, e, na Lei de Regulamentação da Profissão que estabelece as diretrizes gerais para o exercício profissional do assistente social e suas competências, com base na Lei nº 8662/93, de 7 de junho de 1993. Quanto à suas atuações profissionais, se posicionam em favor da equidade e justiça social, assegurando universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CEPAS, 1993). O assistente social exerce papel fundamental para que se assegurem o pleno acesso aos programas e políticas sociais “inclusivas”, também no documento Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação:

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, a partir do desenvolvimento de programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a burguesia educacional. Ações que soam para muitos como “mudanças históricas” na educação brasileira e que incidem sobre a ampliação das possibilidades de contratação de assistentes sociais para a operacionalização técnica de programas assistenciais e difusão ideológica dos paradigmas que sustentam a ideia de educação “inclusiva” e “cidadã”. (CFESS, 2013, p. 20-21).

Para Cury (2005) as políticas inclusivas, assim, podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais, buscando pela presença interventora do Estado. Para o autor seguem o princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei, com a meta de combater todas e quaisquer formas de discriminação que impeçam o acesso a maior igualdade de oportunidades e de condições. Cury (2005) também traz que, as políticas públicas includentes corrigem possíveis fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, pode apresentar graus consideráveis de desigualdade. “Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social.” (CURY, 2005, p. 15).

Muitos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfrentam desafios, especialmente no que se refere às desigualdades sociais sofridas pelos estudantes, por virem de contextos socioeconômicos desfavorecidos, enfrentam barreiras como falta de acesso, longas jornadas de trabalho e as responsabilidades familiares, sustento e criação dos filhos, casa, preocupações com alimentação, moradia. Assim, as assistentes sociais, juntamente com o trabalho nas equipes multiprofissionais nas escolas públicas de educação básica, que geralmente são compostas por 2 assistentes sociais, 1 psicóloga e 1 pedagoga desempenham um papel fundamental à esses estudantes, com apoio pedagógico, ao desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às reais necessidades desses estudantes da modalidade EJA; acolhimento, escuta, criando um ambiente acolhedor para que se sintam valorizados e apoiados; e acompanhamento e avaliação com o objetivo de identificar áreas de melhoria, avaliar o desempenho e do progresso dos estudantes. Com a aprovação da Lei nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019) é assegurado a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, propiciando uma sistematização sobre a atuação das assistentes sociais, a

fim de atender necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. De acordo com o Art. 1º da lei, § 1º, “as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.” (BRASIL, 2019).

Abrantes e outros (2017) em “o trabalho das equipes multiprofissionais na educação” apontam alguns desafios que as equipes multiprofissionais em assistência estudantil encontram, como: fortalecer a concepção do direito ao acesso e à permanência ao ensino superior; problematizar e atuar sobre questões relacionadas às diversidades culturais, regionais, étnico-raciais, sexuais, e à deficiência; e também trazer para o debate a concepção de igualdade e equidade, considerando acessos iguais para todos, acessos diferentes aos diferentes.

Para Moura (2010), esse ensino médio referente à educação profissional que se dirige ao público da EJA, deve ser orientado à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para que possam ser inseridos e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, para que contribuam para mudanças da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos. “Não basta a democratização do acesso, há necessidade de qualificar as condições objetivas de vida das famílias e das pessoas e aparelhar o sistema educacional com infraestrutura de laboratórios, professores qualificados, com salários dignos, trabalhando numa única escola etc.” (FRIGOTTO, 2010, p. 37).

O Programa PROEJA enquanto política pública de inclusão e integração atua em prol da equidade e universalização dos direitos sociais. Nunes e Silva (2016) exemplificam a definição de integração e inclusão, entendendo-se como integração o processo no qual indivíduos com NEE- Necessidades Educativas Especiais são inseridos no programa da escola regular e apoiados de forma individual, reunidos no mesmo sistema, recebem apoio mediante sua necessidade. E no processo de inclusão é promovida uma verdadeira inclusão não somente escolar, mas, sobretudo social, entre todas as crianças e jovens com distintas necessidades, considerando a diversidade humana.

3.2 Estratégias e mediações articuladas na Educação Profissional com a PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil, com recorte temporal (2017-2024).

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem o objetivo de ampliar e garantir as condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica, com atenção especial para alunos em situação de vulnerabilidade econômica. A PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil teve sua criação em 2007 pela Portaria Normativa nº 39, e regulamentada com o Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Os objetivos da PNAES de acordo com o Decreto nº 7234/2010 são- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Isso inclui os cursos de nível médio ofertados pelo PROEJA, e é articulada junto da Política Nacional de Educação, conforme Decreto nº 7234/2010. Juntas caminham para a emancipação e autonomia dos sujeitos. Recentemente foi fortalecida com a sanção da Lei nº 14.914/2024, que instituiu a política de forma mais abrangente, criando diversos programas, dos que podem ser direcionados aos estudantes da modalidade EJA - Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB) (Lei nº 14.914/2024, Art. 4).

Para analisar o uso de políticas afirmativas e políticas de permanência, assim como a implementação da (PNAES)- Política Nacional de Assistência Estudantil e suas articulações com a Política Nacional de Educação na modalidade EJA (PNE-EJA), utilizou-se Moll e outros (2010) no que tange à Educação Profissional Contemporânea, a coletânea organizada por Férriz et. al. (2022) ajuda a demarcar as contribuições críticas do Serviço Social para a educação, trazendo a importância da comunidade para a superação de barreiras, entre outros assuntos que se articulam com o tema deste presente trabalho, como democratização do acesso à educação básica e articulações do Serviço Social na educação, entre outros, e Duarte (2019), “Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica”, que contribui para a análise das mediações que os assistentes sociais recorrem em relação às possibilidades reais na Educação Profissional, isso através de detalhamento de experiências e inserções do(a) assistente social na Educação Profissional e Tecnológica, em especial nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conseguindo assim, perceber os progressos e limites nos dados coletados nas bases digitais de dados que caminham para uma atuação comprometida com o projeto ético- político da profissão, buscando o fortalecimento da política de assistência estudantil no PROEJA. “É fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação

de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional” (CFESS,2013, p. 36) para que se torne possível uma atuação que caminhe para uma sociedade mais justa e igualitária.

Para melhor apreensão dos dados coletados das experiências nos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, optou- se em separar cada IF com os resultados que apreenderam em suas obras, de acordo com os eixos que se busca analisar neste presente trabalho:

No estudo referente ao IFRJ *campus* Duque de Caxias, 82% dos discentes responderam aos questionários, 51% desses estudantes tinham idade entre 30 e 59 anos e 6% declararam ter 60 anos ou mais, enquanto 30% estavam na faixa entre 18 e 24 anos. Abreu Júnior (2017) traz que ao analisar as respostas de estudantes e professores aos questionários, sobre quais os motivos para a permanência no curso, as respostas apontaram para a assistência estudantil, com os programas de bolsas e auxílios. O autor aponta que a assistência estudantil da Instituição se materializa por meio de programas, propostos por editais de seleção, os quais os discentes se inscreviam e concorriam. “O auxílio tem finalidade de subsidiar despesas relacionadas às necessidades básicas dos discentes, como alimentação, transporte, moradia e outras, não existindo a necessidade do exercício de atividades acadêmicas ou laborais por parte do estudante”. (ABREU JÚNIOR, 2017, p. 163).

Abreu Júnior (2017), cita também o (PAE) Programa de Auxílio Permanência que desenvolve ações que favorecem a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, recebendo valores entre R\$ 100 a R\$ 300 variando conforme a situação e os recursos orçamentários disponíveis. Outro programa citado nas entrevistas foi o auxílio PROEJA, com valor mensal de R\$ 100,00 destinado a cada discente. No entanto, se destacou alguns atrasos nos pagamentos dos recursos do Programa.

Flores (2017) aponta que a partir de vários estudos, historicamente, o público da EJA encontra dificuldades de acesso e permanência por questões de oportunidades como em razões de questões da própria escola, ou seja, dificuldade de acesso e permanência, e o processo seletivo se dava por mérito através de prova objetiva, com redação eliminatória, não considerando as condições reais de vida desses estudantes. Os pré-requisitos para ingresso no PROEJA do IFBA *campus* Santo Amaro eram descritos de forma vaga e qualquer pessoa com diversos níveis de escolaridade se inscreviam no Programa, sendo a maioria estudantes que já haviam cursado o Ensino Médio, não se tratando do público da EJA. A autora aborda que a entrevista com as assistentes sociais fazia parte do ingresso do processo seletivo, juntamente

das pedagogas do campus, com o objetivo de definir o perfil socioeconômico e pedagógico do candidato, participando apenas os aprovados na redação. Dos 218 alunos ingressantes nas oito turmas analisadas, 116 alunos (53,29%), deixaram o curso ainda no primeiro módulo, isso por reprovarem, se evadirem, abandonarem ou serem jubilados. Em sua obra, ao abordar a questão da permanência se vê sua necessidade, mas não o uso e aplicação das políticas.

Oliveira (2018) afirma que uma forma de contornar as dificuldades de manutenção dos discentes no curso do PROEJA no IFRJ *campus* do Rio de Janeiro seria a partir de programas de assistência estudantil. Porém ao analisar as entrevistas semiestruturadas, se inferiu que os valores disponibilizados são insuficientes para atender às necessidades dos estudantes, e que o corte de investimentos governamentais em educação e saúde tem forte impacto no orçamento disponibilizado à rede federal de ensino. Com isso, o orçamento destinado ao Programa de Assistência Estudantil, é uma questão difícil de ser equacionada, sendo necessário o fortalecimento dessa política de assistência estudantil para contribuir no fortalecimento do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Visquetti (2018) fala da implementação da política de assistência estudantil no IFMT no *campus* Várzea Grande, que se dá em relação à concessão de bolsas e auxílios da assistência estudantil, com análises realizadas pela equipe multiprofissional com ajuda da tecnologia da informação a partir do instrumental google questionários. A autora aponta um desgaste dos profissionais pois veem a assistência estudantil como um processo recente, apresentando dificuldades na realização dos estudos socioeconômicos e sociais, pois torna-se necessário inserção de tecnologia da informação (softwares) para se arquivar e sistematizar dados do Serviço Social. Segundo a autora, mesmo com aumento da verba investida na política, a demanda pelo atendimento estudantil aumenta na mesma proporção, em um contexto que conta com um número reduzido de profissionais. Para a autora:

É imprescindível, portanto, que nesse processo de consolidação o Serviço Social mobilize os núcleos de assistência estudantil para a elaboração de um planejamento não só para o acompanhamento dos estudantes contemplados pela política, mas também para realizar avaliações periódicas com as equipes envolvidas e com a comunidade estudantil. Além disso, deve ainda realizar um trabalho intenso de divulgação acerca das políticas desenvolvidas e executadas pela assistência estudantil do Campus. (VISQUETTI, 2018, p. 129).

O estudo de Visquetti (2018) verificou que, o desenvolvimento da assistência estudantil no IFMT demandava estratégias institucionais de acompanhamento, com perspectivas de articular os desafios da democratização do acesso com a garantia da permanência. Apontou ainda os avanços da assistência estudantil na instituição, mas diz, que, no que se refere a uma sistemática de acompanhamento dos alunos aparecem lacunas, que demandam atenção à gestão dos benefícios, para além da concessão de bolsas e auxílios.

Rodrigues (2020), traz resultados que demonstraram a relevância dos programas de assistência estudantil em subsidiar condições básicas que possibilitem ao discente dar continuidade em sua trajetória acadêmica. Aponta, ainda que, compreender os diversos aspectos sociais referente aos alunos são condições determinantes para que o IFES *campus* de Alegre possa elaborar o planejamento estratégico de sua política de assistência estudantil, sobretudo quanto à implementação de modalidades de auxílio.

Lopes (2021) destaca as mudanças nas Resoluções do IFSP *campus* Sertãozinho referentes a Política de Assistência Estudantil (PAE), que anteriormente não discriminava o auxílio estudantil para os estudantes do PROEJA e a normatização dos auxílios. No entanto, não se aprofunda na implementação da política. Assim como, Gomes (2022), apenas buscou compreender os perfis socioeconômicos e demográficos dos estudantes, visando repensar as políticas públicas para favorecer o acesso e permanência dos jovens e adultos do IFAL *campus* Marechal Deodoro. Apesar disso, o autor apenas cita a importância da política de acesso/permanência sem aprofundamento.

Rocha (2022) focalizou seu estudo no IFPI *campus* de Picos, na inclusão educacional e em que ponto o programa PROEJA atende ao princípio de inclusão educacional dos sujeitos, analisando práticas de acesso e permanência para os estudantes da EJA. A autora aborda a Política de Assistência Estudantil, mas apenas citando a transferência de renda, não se aprofundando na atuação das assistentes sociais na implementação da política.

Tavares (2022) fala que nos editais dos anos 2016 e 2017, (antes da pandemia Covid-19) os critérios que eram analisados no questionário socioeconômico eram pela capacidade de interpretação dos itens do questionário, condições socioeconômicas de maior vulnerabilidade e capacidade de expressão escrita, e entrevistas com assistentes sociais. O autor traz, que, a partir de 2018, as pontuações dos editais foram retiradas e os critérios do questionário socioeconômico e entrevista foram unificados, considerando: renda familiar per capita; composição familiar; condições de moradia; vivência profissional e escolar; idade; tempo fora

da escola e expectativas e motivações do candidato. A autora indica que os candidatos tinham dificuldade em escrever, resumidamente, suas motivações para estudar novamente, especialmente, aqueles que estavam há mais tempo fora da escola. E por isso, os critérios se concentraram na questão socioeconômica e na vivência profissional, isso por causa da redução da demanda para os cursos do PROEJA no IFMA *campus* Codó a cada ano, o que acabava impedindo de realizar seleções, pois muitas vagas não estavam sendo preenchidas.

Oliveira e outros (2024) abordam em específico a Política de Assistência Estudantil, percebendo como ela contribui para o acesso, a permanência e o êxito dos/ das estudantes do PROEJA. Para a autora ainda existem limitações financeiras para a condução da política de assistência estudantil no Ifes, que ocorre por meio de transferência de renda, mas também traz a importância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes do PROEJA do IFES *campus* Vitória. Em seu estudo, o autor, traz que o governo Bolsonaro implantou medidas neoliberais radicais como a desvinculação de recursos destinados às áreas sociais previsto na legislação, junto a Michel Temer, reduzindo o financiamento público para os direitos sociais invalidando o contrato social estabelecido na Carta de 1988 e favorecendo, desse modo, a mercantilização dos serviços da seguridade social. (OLIVEIRA et al., 2024). Cita as políticas afirmativas de maneira indireta falando de iniciativas pontuais e ações fragmentadas com recursos escassos, e que sua expansão e qualificação foram impulsionadas pelas lutas da sociedade civil, alcançou-se a condição de política pública com a institucionalização do PNAES. Detalha a implantação e regulamentação da PNAES, e relata a pesquisa qualiquantitativa do tipo estudo de caso, onde o público-alvo foi constituído de 13 estudantes do Proeja contemplados pela assistência estudantil no ano de 2020 e 10 servidores/as do Ifes campus Vitória. (3) Coordenadores/as do Proeja e (7) integrantes da CGPAE. Devido às atividades pedagógicas presenciais terem permanecido suspensas no primeiro semestre de 2021 em razão da pandemia da Covid-19 e visando proteger os sujeitos da pesquisa, os questionários e os Termos de Consentimento Livre Esclarecido, foram encaminhados via Google Forms, após o aceite dos sujeitos. Com a pesquisa se pretendeu analisar se a Política estimulou ou estimularia para o ingresso na instituição, os resultados indicaram a Política de Assistência Estudantil como elemento estimulador para o acesso ao IFES, elemento indutor no acesso à escola, podendo contribuir para o ingresso das camadas mais vulneráveis da sociedade. Constatando em sua pesquisa que o acesso e interesse dos alunos em ingressar, ou não, no IFES, muitas vezes surge a partir do momento que tomam ciência da existência da (PNAES). Não abordando sua aplicação ou resultados.

Moll e outros (2010) apresenta em sua obra que só o acesso não garantirá permanência, por isso tem que se prever estratégias para manutenção da continuidade da trajetória escolar, e somente por meio de bolsas de estudo, alimentação, material didático, e um conjunto de elementos que estimulem a permanência e garantam condições para acompanhar o processo escolar.

Em suma, o no que se refere ao eixo analítico verificação do uso de políticas afirmativas, políticas de permanência, que contribuem para o acesso, permanência e conclusão dos estudantes, assim como a implementação do PNAES e suas articulações com a PNE-EJA:

Quadros Sínteses 3 e 4- Uso de Políticas Afirmativas, Políticas de Permanência e (PNAES):

Período Anterior à Pandemia da Covid-19 (2017-2019)

(continua)

INSTITUTO FEDERAL	ANO	AUTOR	USO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS, POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA (PNAES) Programa Nacional de Assistência Estudantil
(IFBA)- <i>campus Santo Amaro</i>	2017	FLORES. T. M.D.	Aborda a dificuldade no acesso e permanência, mas apenas cita o uso da política de permanência como forma de combate à evasão, focando na concepção e execução da política PROEJA.
(IFRJ)- <i>campus Duque de Caxias</i>	2017	ABREU JÚNIOR. Jupiter Martins de	Identificou fatores que dificultam ou favorecem o acesso e a permanência dos estudantes. No período inicial do PROEJA no IFRJ havia

(continua)

proposta de acompanhamento pedagógico com pedagoga, e assistente social, mas que deixou de existir.

Uso do Programa de Auxílio Permanência (PAE) com auxílio para transporte, moradia, alimentação e material didático, com valor de R\$ 300 a R\$ 400 reais.

Uso do Auxílio PROEJA com valor mensal de R\$ 100 para alimentação e transporte para cada discente, concedido sem análise socioeconômica, tendo como critério apenas a frequência escolar.

No entanto identificou-se falha nos pagamentos dos benefícios, o que causaria a desistência e evasão dos estudantes.

Analisou-se causas do processo de permanência e não-permanência dos estudantes do PROEJA.

(conclusão)

Cita o Código de Ética do/a Serviço Social e número reduzido de Assistentes Sociais no IFMT. Necessidade da compreensão de que o profissional em Serviço Social tem seu trabalho limitado, não havendo o acompanhamento com as famílias, os docentes, instituições públicas e privadas e os profissionais da rede. A não realização de diagnóstico dos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que refletem de forma direta/indireta na relação estudante-família-escola, sendo realizada apenas trabalho assistencial com as bolsas estudantis.

(IFRJ)- campus do Rio de Janeiro 2018

OLIVEIRA. Rogério Teixeira de

Analisou-se o índice elevado de evasão no PROEJA IFRJ e propostas para o seu enfrentamento, citando a importância do uso de políticas de permanência realizadas pela instituição. Também a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como forma de garantir a permanência dos estudantes da EJA. Pensou -se em um plano de ação de combate à evasão, não havendo aprofundamento de experiências da aplicação das políticas.

Período Posterior à Pandemia da Covid-19 (2020-2024)

(continua)

INSTITUTO FEDERAL	ANO	AUTOR	USO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS, POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA (PNAES) Programa Nacional de Assistência Estudantil
(IFES)- campus Alegre/ RS	2020	RODRIGUES. Sandro José Abreu	Analisou-se a percepção dos discentes beneficiários pelos programas de assistência estudantil do IFES, sendo as políticas de permanência e política de assistência estudantil (PNAES) percebidas pelos estudantes apenas como ajuda ou “boa ação” aos mais carentes, não vendo en quanto um direito.
(IFSP)- campus Sertãozinho/SP	2021	LOPES. Andréa dos Santos	Traz a discussão de diferentes obras a respeito da importância do acesso e permanência, e da PAE- Política de Assistência Estudantil pautada no (PNAES) como combate aos elevados índices de evasão no programa PROEJA. Analisa a efetividade e o papel dos profissionais de educação.
			Contendo obras que abordam o Serviço Social, mas não o aprofundamento sobre a atuação dos assistentes sociais na política.
(IFAL)- campus Marechal Deodoro/ AL	2022	GOMES. Maria de Fátima. FREITAS. Marinaide Lima MARINHO. Paulo	Objetivo de conhecer e compreender os perfis socioeconômicos e demográficos dos estudantes, visando repensar as políticas públicas para favorecer o acesso e permanência dos jovens e adultos. No entanto apenas cita a importância da política de acesso/ permanência sem aprofundamento.
(IFPI)- campus de Picos/ PI	2022	ROCHA. Natielly Granja	Focaliza o estudo na inclusão educacional e em que ponto o programa PROEJA atende

			(conclusão)
			ao princípio de inclusão educacional dos sujeitos, para isso analisou-se práticas de acesso e permanência para os estudantes da EJA.
			Aborda a Política de Assistência Estudantil, mas apenas citando a transferência de renda, não se aprofundando na atuação das assistentes sociais na implementação da política.
(IFMA)- <i>campus</i> Codó/ MA	2022	TAVARES. Ana Carolina Cerveira	Aborda os programas da Política de Assistência Estudantil (PAE), detalhando os critérios para seu acesso, constatando que essa ação em sua maioria foi positiva, mas não aborda a atuação de assistentes sociais na implementação da (PNAES).
(IFES)- <i>campus</i> Vitória/RS)	2024	OLIVEIRA. Alessando Zardini. FERREIRA. Maria José REZENDE. Aldo	Foca em como a Política de Assistência Estudantil contribui para o acesso e permanência dos estudantes do PROEJA, entre o período durante e pós- pandemia com entrevistas e questionários com discentes e servidores/as. O estudo apresenta que a Política de Assistência Estudantil garantiu condições para a permanência na Instituição, mas devido a limitação orçamentária disponibiliza apenas os auxílios transporte, alimentação e monitoria. Também constatou que devido ao reduzido quadro de funcionários(as) que atuam junto à Assistência Estudantil, o acompanhamento aos estudantes fica prejudicado.

FIGUEIREIDO, SOUZA e YANNOULAS (2022) trazem a importância do trabalho das assistentes sociais:

Compete às assistentes sociais a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; fazer análise do movimento histórico da sociedade brasileira, percebendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, buscando intervir dentro das possibilidades de ação contidas na realidade; identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado como apontou o documento da ABEPSS (ABEPSS, 1996). (Figueiredo, Souza, Yannoulas 2022, p. 136).

De acordo com Prada e Garcia (2019), a partir de 2010, as assistentes sociais foram demandadas para a execução do PNAES nos IFs., possibilitando sua execução nessas instituições antes não contempladas. Antes desse período, as profissionais tinham outras possibilidades de intervenção, com ações pontuais de assistência estudantil (AE) sem garantia de recursos e trabalho com servidores e com a comunidade, como foi visto nas experiências no PROEJA nos Institutos Federais analisados, que em sua maioria apenas relataram ações pontuais à permanência dos estudantes. Destacando que a expansão das vagas nesses Institutos e da permanência acontece ao mesmo tempo em que há a desqualificação social e política das escolas públicas, diante da fragilidade de recursos para a manutenção (LESSA, 2013) e que o próprio PNAES não escapa desse estrangulamento e das restrições de um programa nascido no contexto de garantias limitadas de direito”. (PRADA, T.; GARCIA, M. L. T., 2019, p. 89). Os dados coletados pela nossa pesquisa caminham próximo do que essas autoras trazem quando afirmam que:

O contexto histórico, econômico e social da implementação da PNAES limita-o ao pagamento de auxílios, e programas de fomento às demais áreas previstas no decreto como saúde, esporte, lazer e cultura são relegados. Sinal claro de que as políticas de AE em seu contexto global não são prioridades e prevalece a transferência de renda. Muitas vezes o acompanhamento social dos estudantes parece inalcançável. Em contraponto, atividades administrativas e até mesmo questões relacionadas ao trabalho de outros profissionais são atendidas e encaminhadas. Ou seja, o processo de reflexão do trabalho profissional ainda tem muito a avançar nesse ambiente. (PRADA, T.; GARCIA, M.L.T., 2019, p. 97-98).

Inferindo-se que, no espaço-sócio-ocupacional onde o assistente social seria um agente facilitador do Programa PROEJA, acaba encontrando dificuldades no acompanhamento aos estudantes não percebendo suas demandas individuais e sociais, gerando a falta de uma identificação e intervenções adequadas com os estudantes, podendo ocasionar a perca de

interesse por parte desses jovens e adultos no ambiente escolar, levando os alunos da EJA, outra vez, a abandonar ou desistir da continuidade de seus estudos, levando à evasão. “Nesse processo se intercruzam alguns desafios: o número de sujeitos que demandam a intervenção do assistente social x o número restrito de profissionais; a crescente demanda x a exiguidade dos recursos para a execução do PNAES, entre outros”. (PRADA, T.; GARCIA, M. L. T., 2019, p. 91).

Para Prada e Garcia (2019), o processo de reflexão do trabalho profissional ainda tem muito a avançar nesse ambiente, mas com vistas a condições adequadas ao seu desenvolvimento. Para as autoras há um desconhecimento do trabalho do Serviço Social no interior das instituições, o que reflete em inúmeras questões que perpassam a instituição, entre elas, a restrita inserção profissional até 2008, a dificuldade de sistematização do trabalho das assistentes sociais e sua problematização junto à instituição e aos estudantes EJA. Resultando em um acompanhamento limitado aos discentes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades socioeconômicas, psicológicas ou familiares. É indispensável que sejam assegurados mais recursos, autonomia e apoio institucional para que consigam desenvolver ações de forma eficaz e abrangente, para que atendam os estudantes de forma mais integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à análise crítica dos dados documentais nas bases digitais de dados (BDTD)- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES, foi possível verificar nos estudos reunidos, pesquisas documentais em muitas áreas que corroboram o interesse pelo aprofundamento dos estudos no que se refere ao Programa. Com vistas a garantir sua implementação e leis que caminhem lado a lado com o objetivo de que esses jovens e adultos elevem sua escolaridade com qualificação profissional, possibilitando melhoria da qualidade de vida e emancipação para maior participação social.

A avaliação da aprendizagem é significativa, ou seja, traz grande avanços e sendo bem-vista pela comunidade e pelos alunos. No que se refere aos processos educacionais o PROEJA assume papel relevante para a reconstrução dos processos identitários dos jovens e adultos e para a reconstrução e valorização das identidades, pois desperta uma nova expectativa de vida para esses sujeitos da EJA.

Identificou-se na coleta de dados empecilhos para a democratização do acesso e aproveitamento com sucesso do ensino técnico de nível médio, com foco no programa PROEJA, devido às políticas de governo serem descontinuadas após as mudanças de governo, mudanças de Ministro da Educação, e a ausência da criação de políticas de Estado, há uma fragmentação na implementação de Programas de Educação Profissional, assim como no Programa PROEJA, com poucos recursos para a devida manutenção da política.

Nos relatos de experiências nos IFS, se percebeu que, ao que tange o acesso ao Programa no período anterior à pandemia (2017- 2019), sobravam vagas nos cursos do PROEJA, por não serem preenchidas, não havendo procura pelo curso, cada ano menos, o que resultava em menos recursos orçamentários destinados ao Programa. No período posterior (2020- 2024), percebe-se a recorrência dos altos índices de evasão e empecilhos para a democratização do acesso e permanência ao Programa, com a burocratização de acesso nos sites institucionais sendo necessário ainda, informação clara, simples e objetiva.

Apreendeu-se nesse estudo que em alguns Institutos Federais, em seu início haviam processos seletivos de ingresso à política PROEJA excludentes através de provas objetivas, com redação eliminatórias e que ao longo do tempo o processo seletivo passou a ocorrer pela

inscrição nos portais digitais de cada IF, de forma online e por sorteio eletrônico, tornando o processo mais acessível para os candidatos, principalmente para os que moram longe e tem dificuldade de se deslocarem para fazer provas e também maior eficiência pois a inscrição online permite que os candidatos se inscrevam rapidamente. Outros são feitos pela questão socioeconômica e vivência profissional, contribuindo para vias do acesso ao PROEJA no que diz respeito ao ingresso. Longe de ser o ideal, mas se caminha para a democratização do acesso e permanência à essa educação técnica. Sendo fundamental considerar a educação, mas também políticas habitacionais, de saúde, de segurança, sob a percepção de sua interrelação com fatores múltiplos como: aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Encontrou-se grande número de estudos de teses de doutorado no período do recorte temporal delimitado (2017- 2024), especificamente no ano de 2022, com pesquisas qualiquantitativas em experiências de implementações do programa PROEJA nos IFs pelo Brasil, abordando também a Assistência Estudantil.

Foram encontrados nos dados o uso de políticas afirmativas e de acesso e permanência, porém de forma pouco aprofundadas, apenas falando da sua importância para evitar a evasão e maneiras de garantir o acesso ao Programa aos estudantes da EJA. Concluiu-se como resultado que a Política de Assistência Estudantil é um elemento indutor no acesso à escola, tendo um impacto direto na qualidade da educação e influenciando a motivação e desempenho dos estudantes. No entanto, prevalece a transferência de renda no Programa como maneira principal de ajudar a reduzir essa evasão escolar.

Mesmo que citado brevemente no programa PROEJA pode ser aferido na análise deste presente trabalho a importância da inserção do profissional em Serviço Social, para garantir e fazer intervenções quanto ao acesso e permanência desses jovens e adultos, pois o que se observou nas obras analisadas é que, em sua maioria citam apenas o Código de Ética Profissional do Assistente Social 8662/93, para falar da não- culpabilização dos sujeitos e como medida para combater a evasão. Pouco se fala da atuação das assistentes sociais no PROEJA, apenas do acompanhamento do processo seletivo através de entrevistas com os candidatos em situações de vulnerabilidade socioeconômica, uma falta, que impossibilita um acompanhamento adequado a esses alunos da modalidade EJA, o que os leva a perder os interesses nos estudos e mais uma vez abandonarem ou desistirem dos estudos. Para superar essa limitação é preciso que as assistentes sociais se apoiem no projeto- ético político que esclarece competências e objetivos da profissão, e constante lutas de classes, levando a

mudanças na estrutura social e política, a fim de que exista uma transformação social no que diz respeito ao pleno acesso aos direitos desses jovens e adultos do programa PROEJA.

Embora o tema da minha pesquisa se assemelhe em alguns tópicos com os estudos que foram reunidos, os estudos na área do Serviço Social na Educação Profissional, ainda vem crescendo pouco a pouco. Esta pesquisa apresentada se torna importante para a contribuição desses estudos quanto à inserção dos profissionais de Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Educação Profissional, de modo preciso, no PROEJA, espaço que possibilita transformações nas vidas dos indivíduos- sujeitos da intervenção- com mediações e projetos que colaborem para a superação e enfrentamento da questão social. Sendo possível futuramente utilizar o referencial teórico aqui empregado, para pesquisas que visem a democratização do acesso e permanência no programa PROEJA em conjunto com experiências de mediações e articulações do Serviço Social nessa Educação Profissional ofertada para jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P.P.M. de, SANTOS, C.C.B, ZONTA, R., In YANNOULAS, Silva Cristina (Coord.). **O Trabalho das Equipes Multiprofissionais na Educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis.** Curitiba [PR]: CRV, 2017. 242p.

ABREU JÚNIOR. Júpiter Martins de. **Os processos de acesso e permanência nos cursos do PROEJA do IFRJ: Percalços, demandas e potencialidades.** 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10448/1/Tese_Jupiter%20M%20de%20Abreu%20Junior.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 3/2025, de 20 de janeiro de 2025.** Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/janeiro-2025/pceb003_25.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de maio de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 23 de junho de 2025.

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de maio de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 de junho de 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA). Brasília, DF, 5 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm. Acesso em: 26 de junho de 2025.

BRASIL. Lei nº 13935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Lei nº 14914 de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 14 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19-01.02.2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contra-covid-19.pdf/view>. Acesso em: 25 de junho de 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2614 de junho de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2026/2024/PL/pl-2614.htm. Acesso em: 27 de junho de 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: CFESS. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS). GT de Educação. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS). Subsídios para atuação de assistente sociais na política de educação. Brasília, DF. CEFESS/ CRESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 26 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

CABRAL, Elaine de Almeida. Pobreza, infraestrutura e rendimento escolar: aspectos da segregação socioeducacional na Região Centro- Oeste. Tese de doutorado em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023. Disponível em:

http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/49138/1/ElaineDeAlmeidaCabral_TESE.pdf.
Acesso em: 25 de julho de 2025.

CURY, C. R. J. (2002). **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** *Cadernos De Pesquisa*, n. 116, p. 245–262, julho/ 2012.

CURY, C. R. J. (2005) **Políticas Inclusivas e compensatórias na educação básica.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/CURY-%20Carlos.%20POLITICAS%20INCLUSIVAS%20E%20COMPENSATORIAS.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2025.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos, et al., (Orgs.). **Serviço Social e educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019.

FÉRRIZ, A.F.P.; MARTINS, E. B. C.; & DAMASCENO, H.J. Os impactos da pandemia da Covid-19 na educação brasileira e o Serviço Social. In: **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.** Uberlândia: Editora Navegando, 2022, p. 190-207. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book_adriana_et_al.-min. Acesso em: 19 de junho de 2025.

FÉRRIZ, A. F. P.; MOREIRA, C. F. N.; MARTINS, E. B. C.; & ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.** Uberlândia: Editora Navegando, 2022. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book_adriana_et_al.-min. Acesso em: 19 de junho de 2025.

FIGUEIREDO, K.A., YANNOULAS, S.C, & SOUZA, S.A. Passado presente e desafios futuros para o Serviço Social na educação básica: o longo caminho entre o projeto de lei e sua regulamentação. In: A.F.P. FÉRRIZ, C.F.N. MOREIRA, & E.B.C. MARTINS (Orgs), **Tijolos**

contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Editora Navegando, 2022, p. 130-143. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book_adriana_et_al.-min. Acesso em: 19 de junho de 2025.

FLORES, T. M. D. Avaliação Ex Post da Política Pública Proeja no IFBA no Campus Santo Amaro (BA). HOLOS, Ano 33, Vol. 03, p. 75- 89, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5756/pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25- 41.

GOMES, M. de F. F. A. G.; FREITAS, M. L. de Q.; MARINHO, P. **Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades.** Educar em Revista, Curitiba, v. 38, e82026, 2022. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/140489/2/542300.1.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

GRABOWSKI, G., RIBEIRO, J. A. R. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: Jaqueline et. Al, MOLL. **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 271- 284).

LOPES, Andréa dos Santos. **O direito ao acesso e Permanência na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional- PROEJA: estudo de caso em um campus do IFSP.** Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-27082021-174223/publico/Corrigida_AndreadosSantosLopes.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2^a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NUNES, F. E.; SILVA, W. F. **Integração, Inclusão e ressocialização: o que a educação tem a dizer.** Universidade Federal de Goiás- campus Catalão. III Conedu Congresso Nacional de Educação. 2016. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID7965_07082016182056.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2025.

MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. In MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

PACHECO, Eliezer Moreira. Autor do prefácio, Inicial. In: **Institutos Federais dos Brasileiros: a história contada por quem fez.** São Paulo: Editora Artliber, 2023, p. 9. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2025.

PRADA, Talita, & GARCIA, M.L.T. Assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. In: A.M.S., DUARTE et. Al. **Serviço Social e educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019, p. 85- 106.

OLIVEIRA, A. Z. de; FERREIRA, M. J. de R.; REZENDE, A. **A política de assistência estudantil e a inclusão dos estudantes do Proeja.** Linhas Críticas, 30, e50497, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50497/39359>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

OLIVEIRA. Rogério Teixeira de. **Propostas para o enfrentamento da evasão no curso de MSI- CRJ- PROEJA do IFRJ.** 2018. 156p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/15355/3/2018%20-20Rog%c3%a9rio%20Teixeira%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In:* Jaqueline, MOLL e colaboradores (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 42- 57.

ROCHA, Natielly Granja. **A educação de Jovens e Adultos no IFPI, Campus de Picos: O PROEJA como política pública de inclusão educacional/** Natielly Granja Rocha. - 2022. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/67443/3/2022_dis_ngrocha.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2025.

RODRIGUES, Sandro José Abreu. **Assistência Estudantil: Percepção dos discentes dos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo- campus de Alegre.** 2020. 77. F. Dissertação (mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica- RJ, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/12585/3/2020%20-20Sandro%20Jos%c3%a9%20Abreu%20Rodrigues%20.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

SANTOS, A. C. M. S. S; OLIVEIRA, G. L. O; QUIROGA, F. L. Q. **O ensino remoto emergencial no contexto da pandemia e a intensificação das desigualdades.** Revista Ciência e Ideias. Universidade Estadual de Goiás. Volume 13, N.13- Julho/ setembro 2022- Temático *Covid*, p. 185- 197. Out. 2022. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/reci/article/view/2241/1868>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

SAVIANI, Demerval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual** Educação & Sociedade, vol. 34, núm. 124, julio-septiembre, 2013, pp. 743-760 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

SILVA, Jesué Graciliano da et. al. **Institutos Federais dos Brasileiros: a história contada por quem fez.** São Paulo, Editora Artliber, 2023. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2025.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira. **Formação Integral de Jovens e Adultos: uma avaliação de implementação do PROEJA do IFMA- Campus Codó com enfoque na qualidade da formação ofertada.** / Ana Carolina Cerveira Tavares- 2022. 231 f. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3881/2/ANACAROLINACERVEIRATAVARES.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2025.

VISQUETTI, Carminha Aparecida. **Contribuições da Pesquisa de Assistência Estudantil na permanência não/ permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande.** Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Educação. Cidade de Goiás, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/c2392587-be59-456c-ab86-47ce094d75cf/content>. Acesso em: 23 de junho de 2025.